

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABEL RUIZ

DIREITO, MODELOS IDENTITÁRIOS E GÊNERO:
uma análise conforme a Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015

CURITIBA

2018

ISABEL RUIZ

DIREITO, MODELOS IDENTITÁRIOS E GÊNERO:
uma análise conforme a Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015

TCC apresentado como requisito parcial de avaliação para conclusão do Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ângela Couto Machado
Fonseca

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

Não inicio agradecendo aos que me ajudaram, efetivamente, a redigir o presente trabalho, mas agradeço principalmente aos que vieram antes.

Aos que me ajudaram desde o começo de minha vida, aos que me ensinaram a ter foco e dedicação, também que não devia levar tudo tão a sério, que deveria não me importar com a opinião dos outros (por mais que tenha demorado minha vida inteira para finalmente colocar isso em prática), aos que - mesmo que não concordassem comigo - sempre me respeitaram e ofereceram não só abraços e os ouvidos para que eu pudesse desabafar, mas também todo o amor do mundo.

Obrigada pela grande oportunidade que vocês me deram para que eu pudesse estar aqui hoje, apresentando minha Monografia, na Universidade e no curso que eu sempre amei tanto. Obrigada aos meus pais!

Como não podia ser diferente, agradeço também a minha paulistinha, que mesmo estando a dois ônibus, 11 horas, duas rodoviárias, 13 pedágios, e mais de 700 km de mim, me ajuda tanto. Obrigada pelas conversas na madrugada sobre gênero, sobre política, sobre Direito e Física, e obrigada por me fazer sentir tão acolhida em minhas opiniões, também por me fazer evoluir e por me mostrar tantos mundos diferentes do meu.

Obrigada a minha vó Bibi, que sempre esteve tão presente em minha vida, só a uma cerca de distância. Se não fossem seus cuidados diários e seus conselhos experientes talvez não teria trilhado com tanto gosto e aprendizado meu caminho. À senhora sou grata, e espero ter honrado o espaço na Santos Andrade que um dia também foi o seu.

Por todos os almoços de domingo, pelas piadas, pela leveza com que todos constroem nossa pequena grande família agradeço a todos e todas, aos que ainda estão presentes nesse plano e aos que não estão mais fisicamente entre nós, mas continuam tendo tanta importância em nossas vidas. Também agradeço.

Agradeço à minha família por escolha, às meninas que tanto amo e às quais tanto me orgulham, minhas queridas amigas que participaram e participam de toda a minha vida, e com quem dividi quase todas as salas de aula do Dom Bosco, desde o começo até o final. Obrigada por todas serem tão presentes e amáveis em todos os

momentos, não só agradeço como amo vocês.

Um especial agradecimento é devido às mulheres que compõem a Defensoria Pública na Casa da Mulher Brasileira de Curitiba. Mulheres, obrigada pela companhia de luta e irresignação que foi presente todos os dias deste ano de 2018. A vocês sou grata porque me ajudaram a perceber meu propósito de vida.

Na faculdade agradeço, em primeiro lugar, à minha companheira de cinco anos, desde o primeiro minuto de aula. Jacque, obrigada por me ouvir, por me aceitar, me respeitar, me tratar com tanto zelo e por todos os minutos de sua amizade. Seriam cinco anos muito mais difíceis sem você, amiga! Também sou grata a todas as amizades outras e muitas ao longo desses cinco anos.

Na faculdade também quero deixar registrada toda a minha admiração pela minha orientadora. Obrigada, Professora Ângela, pela sua imensa atenção, pelo carinho com que sempre conduziu nossas reuniões e pelo extremo cuidado que dedicou à construção deste trabalho. Sou muito feliz por ter pedido sua orientação!

Aos que estão presentes em minha vida e aos que a vida tratou de separar, agradeço pelo papel importante que cada um teve.

Finalmente, não agradeço, mas respeito e faço aqui minhas condolências e compaixão a todas as mulheres que foram e são vítimas, a cada minuto, de violências tão graves e revoltantes, às mulheres que tiveram suas vidas interrompidas e que merecem serem retiradas dos limites da abjeção. A vocês, Senhoras, é que dedico cada letra desse trabalho e todos demais estudos, e também minha vida profissional, pois é hora de mudarmos esse cenário de dor e morte.

*A mulher de dentro de cada um não quer mais silêncio
A mulher de dentro de mim cansou de pretexto
A mulher de dentro de casa fugiu do seu texto
E vai sair
De dentro de cada um
A mulher vai sair
E vai sair
De dentro de quem for
A mulher é você
De dentro da cara a tapa de quem já levou porrada na vida
De dentro da mala do cara que te esquartejou te encheu de ferida
Daquela menina acuada que tanto sofreu e morreu sem guarida*

Dentro de Cada Um - Elza Soares

RESUMO

A identidade e o recorte de gênero, unidos ao tema do feminicídio, serviram como orientadores do presente trabalho. Ao longo de toda a explanação apoiou-se nas obras de Stuart Hall e Judith Butler, buscando oxigenar a ideia de gênero dentro do Direito, mais especificamente o Direito Penal, no que diz respeito a discussão sobre feminicídio. Propôs-se, desde o início, porém, enxergar essa questão por meio das lentes da filosofia jurídica. Assim, o trabalho realiza a análise sobre a reprodução de modelos identitários dentro do meio jurídico e também tenta elucidar sobre manutenção, reprodução e sublimação de identidades, sempre por meio do recorte de gênero escolhido. Ademais, o primeiro capítulo trata sobre identidade, tentando já fazer um recorte de gênero, tratando sobre a (*des*)construção necessária que é trazida por Butler, o segundo capítulo tem como objetivo demonstrar como essas questões identitárias são presentes no Direito, e, finalmente, o último capítulo busca relacionar a questão da identidade e identidade de gênero com os embates que surgiram desde a proposta de Lei que incluiu a qualificadora do feminicídio no Código Penal, no ano de 2015.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Identidade de gênero. Feminicídio.

ABSTRACT

The identity and the matter of gender united to the theme of femicide guided this essay. By all the explanation the work of Stuart Hall and Judith Butler were important because tried to oxygenate the idea of gender inside of the Law and the Criminal Law when referred to the femicide. It suggests to observe the matter through the lenses of juridical philosophy. The essay examines the reproduction of de identity roles inside the judicial area and tries to analyses the maintain, the reproduction and the sublimation of identities. The first chapter is about identity, and the gender matter that was chose, the (*de*)construction needed brought by Butler, the second chapter tries to demonstrate how these roles exists inside the Law, and, finally, the last chapter tries to relate the matter of identity and the gender matter with the conflicts that existed since the proposition of the Femicide Law, in 2015.

KEY-WORDS: Identity. Gender Identity. Femicide.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	IDENTIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO.....	12
2.1	QUESTÕES EM TORNO DA IDENTIDADE.....	16
2.2	CONSTRUCIONISMO E JUDITH BUTLER	19
3	IDENTIDADE DE GÊNERO E DIREITO	25
3.1	BINARISMO E ABJEÇÃO NO DIREITO	27
3.2	RELAÇÃO ENTRE DIREITO E A GRAMÁTICA IDENTITÁRIA	32
3.3	IDENTIDADE E DIREITO EM MOVIMENTO	34
4	Feminicídio	37
4.1	FEMINICÍDIO: USO ESTRATÉGICO DAS IDENTIDADES	44
4.2	FEMINICÍDIO: RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA	50
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

A inclusão da qualificadora do crime de feminicídio no Brasil, ocorreu em 2015 e adicionou o inciso V ao artigo 121 do Código Penal. Com o objetivo de tirar da obscuridade os crimes fatais cometidos contra mulheres, apenas pelo fato de serem mulheres, e também dentro das relações domésticas. O dispositivo foi objeto de grave polêmica ao ser alterada em fase de aprovação na Câmara dos Deputados (e também anteriormente). Em uma única sessão foi definida grave alteração do texto legal que tinha sido construído a partir de uma CPML desde anos antes.

O principal argumento dessa aguda mudança foi da Bancada Religiosa, grande oponente dos estudos sobre gênero e identidade. O papel desempenhado foi a de gravar ao novo dispositivo, que tinha por objetivo a proteção, de grave sublimação e exclusão. Isso porque modificou o termo “gênero” para “sexo”, fazendo com que o sexo biológico fosse levado em consideração, deixando de lado a perspectiva de gênero que foi pensada até então. Isso fez com que houvesse uma maior determinação sobre qual o recorte de pessoas do gênero feminino que seriam abarcadas.

Após essa alteração vários movimentos manifestaram-se, e até mesmo uma luta doutrinária e hermenêutica foi instaurada, com a meta de tentar encontrar paliativo para tal restrição. Com base em argumentos hermenêuticos tenta-se incluir na proteção legal mulheres que não foram consideradas em primeiro lugar como mulheres a serem protegidas.

Sobre essa questão entendeu-se importante a análise sobre o papel de reprodução, manutenção e também sublimação de modelos identitários que o Direito exerce, trazendo ou retirando proteção dependendo da Identidade posta em análise.

Partindo dessa perspectiva, o trabalho foi estruturado em três grandes partes, as primeiras sendo mais teóricas, e levando em consideração as ideias sobre Identidade e a relação do recorte de gênero com o Direito. A última delas tratando sobre o feminicídio, mais especificamente.

Assim, anterior às considerações sobre a relação entre Identidade e feminicídio, contudo, foi importante explicar, a partir de autores como Stuart Hall, a Identidade em primeiro lugar. Inicialmente considerada a partir de uma corrente

essencialista, não questionadora, que com as intervenções do humanismo modificou-se e percebeu-se o sujeito como seu fundamento próprio (RENAUT, 1998). Inobstante também Stuart Hall tenta expor que as identidades, antes unas e indivisíveis, agora passaram por processos de descentralização e deslocamento, que *moveram* o sujeito (HALL, 2006).

Após essas considerações iniciais e gerais, sobre Identidade, foi feito um necessário recorte de gênero, com base nos ensinamentos de Judith Butler. Importante ressaltar que os movimentos feministas desempenharam papel importante na mudança paradigmática pela qual a Identidade passou, inserindo um debate de gênero que retira da generalidade o conceito em questão (HALL, 2006).

As ideias de Butler sobre o sujeito também desmentem a ideia essencialista de identidade, una e indivisível, porque ela acredita que a Identidade é formada a partir de *reiteraões de normas regulatórias*, sendo ela praticamente a todo momento desconstruída e reformulada (BUTLER, 2000), também incluído e excluído do plano inteligível (BUTLER, 2014), o que dá azo a que certos corpos permaneçam à margem, os chamados *corpos abjetos*.

O sistema jurídico, por sua vez, como é trazido no segundo capítulo, atua por meio de normas que podem aumentar ou diminuir a margem abjeta, sublimando certas identidades e atuando conforme o falocentrismo e também a heteronormatividade. Repetindo padrões e servindo como um veículo que reproduz ou sublima identidades.

Sempre buscando trazer exemplos sobre os pontos trazidos, ao longo do trabalho geralmente há a indicação de alguma casuística recente. No primeiro capítulo sobre o registro Civil de pessoas *trans*, que foi julgado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, autorizando que fosse feita a mudança do nome social direto em Cartório, prezando pela autodeterminação de gênero. No segundo capítulo aparece o exemplo da invisibilidade *trans* em diversos âmbitos da vida e também as normas, Resoluções e projetos legislativos que buscam tratar sobre o tema.

Finalmente, imprescindível tecer a ligação entre o tema da Identidade, com recorte de gênero, ao exemplo fático do feminicídio, que ainda é muito recente no ordenamento, sendo objeto de inúmeras pesquisas, críticas e também dúvidas sobre

sua aplicação, pois são complexos os crimes e difícil sua constatação como feminicídio, ainda mais após a mudança que ocorreu no texto do projeto de lei que tinha sido redigido por CPML anos antes.

Tratou-se no início de uma análise terminológica de *feminicídio* e depois buscou-se demonstrar a complexidade presente na qualificadora incluída em 2015 ao artigo 121 do Código Penal brasileiro. Nos primórdios, o termo aparecia nos movimentos e escritos feministas, tentando tirar da obscuridade os crimes praticados contra mulheres, em razão de gênero e numa esfera doméstica.

Ademais, busca-se trazer possibilidades de enquadramento dos crimes cometidos contra mulheres trans por meio do ajuste hermenêutico no âmbito judicial. Para isso também traz-se o recentíssimo caso de Raquel, julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, autos nº 0006926-72.2017.8.07.0020, ainda no ano de 2018.

Afinal, esse movimento de contenção exercido também pelo Direito encerra o presente trabalho, tentando finalizar uma linha argumentativa demonstrando que o Direito tem papel significativo no tema Identidade de gênero, atuando de forma aguda nas *margens da abjeção*. Além disso, são apontadas críticas à observação do campo identitário como sendo um campo de batalhas e também apontamentos sobre uma possível resignificação identitária.

2 IDENTIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO

A Identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas sem a qual certas questões-chaves não podem ser sequer ser pensadas. (HALL, 2014, p. 104).

O tema “Identidade” já adquiriu muitas facetas ao longo do tempo¹, vários são os autores que trazem seus questionamentos, portanto esse debate não é recente.

Para se ter ideia do quão antigas as indagações são, Daniel do Nascimento e Silva (SILVA, 2008) informa que Aristóteles questionava-se sobre a Identidade, dentro de uma lógica essencialista que, claro, em muito se difere da ideia que a sociedade atual tem, mas ainda prova que o ser humano, desde tempos arcaicos, debruçou-se sobre esse tema.

As elaborações dos autores sobre a Identidade referem-se a diferentes tempos, espaços e pontos de vista, por exemplo a tese tratada por Jean-Claude Kaufmann, no livro *A invenção de si: uma teoria da identidade*, busca ver a Identidade em um âmbito social mais dinâmico, para ele “a ascensão das identidades provém justamente da desestruturação das comunidades, provocada pela individualização da sociedade” (KAUFMANN, 2005, p. 17).

Além disso, o autor ainda afirma que a história desse processo de identificação inicia-se na área administrativa, não filosófica, na Europa, quando alguns países exigem que os cidadãos portem um cartão de identificação. Esses cartões possuem como característica o nacionalismo, pois estava presente nesses *bilhetes de Identidade* a nacionalidade do cidadão. Assim:

exceto para os debates filosóficos (que não tiveram qualquer influência para lá dum círculo restrito) a identidade fora uma categoria administrativa e um termo usual, antes de se tornar um conceito. (KAUFMANN, 2005, p. 22).

¹ “Dizer que a identidade surgiu de forma súbita, não será forçar um tanto a marcha? Foi, com efeito, durante toda a segunda metade do século XX, que o tema não parou de se impor, cada vez com mais força e amplitude, por vagas sucessivas. (...) Hoje, após cinquenta anos de surgimento permanente, a identidade afirma-se ainda como uma temática inscrita sob o selo da novidade” (KAUFMANN, 2005, p. 31).

Na segunda metade do século XX a *Identidade* é tão discutida e emergente que começa a ser confundida com cultura, etnia, raça (KAUFMANN, 2005); sendo usada por minorias, e também por ideologias políticas de esquerda e de direita², como estratégia argumentativa.

Com o passar do tempo o tema tornou-se mais complexo, sendo analisado por meio do paradigma da globalização. As identidades “são transformadas em uma tarefa individual, em um processo de construção incessante, e não mais de atribuição coletiva apenas certa conformação às normas sociais” (MOCELLIM, 2008). Perdem, assim, aquele caráter estático que detinham, começam a ser pensadas como resultados de uma construção³.

Antes da Modernidade a Identidade também era tida como indivisível e una. Essa noção é demonstrada no livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, de Stuart Hall, que explica essa mudança paradigmática que aconteceu quando a Identidade começou a ser vista por outro prisma: o da fragmentariedade (HALL, 2006). Claro que essa mudança trouxe um grande desconforto aos estudiosos na época, inaugurando uma fase de intensos estudos sobre o tema, porém mais pela ótica sociológica do que pela jurídica.

O rompimento com a ideia de que o sujeito já nascia completo e criado, por uma ação divina, ou atributos racionais e intrínsecos, trouxe a possibilidade de se pensar o indivíduo como “sujeito soberano”. A Modernidade traz movimentos como do deslocamento e da descentralidade, que diluem os fundamentos do que antes tinha suas bases estáveis, fixas e inquestionáveis na tradição e também nas estruturas (HALL, 2006).

Ademais, nesse momento, a Identidade, também por influência do humanismo, passa a ser vista de forma diversa, o indivíduo é visto como seu próprio fundamento, volta-se à sua vontade e racionalidade para inaugurar uma fase diferente, em que exerce maior protagonismo, sendo o centro de emanação de suas próprias regras⁴, pensamentos e costumes (RENAUT, 1998).

² “Como se já não fosse necessário à extrema-direita fazer referência à nação ou à raça: identitário é suficiente” (KAUFMANN, 2005, p. 33).

³ “Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

⁴“(…) o homem do humanismo é aquele que não concebe mais receber normas e leis nem da natureza das coisas, nem de Deus, mas que pretende fundá-las, ele próprio, a partir de sua razão e

Ainda, Hall também traz uma explicação esclarecedora sobre o porquê dessa brusca ruptura da noção de sujeito, segundo o autor a filosofia ocidental – a partir do pensamento de Descartes – centralizou a figura do homem nas ciências substituindo o local que ocupava a figura de “Deus”, isso gerou muitas consequências, dentre elas o ceticismo e a dúvida (HALL, 1992).

Essa explicação é importante porque demonstra que “o sujeito moderno ‘nasceu’ no meio da dúvida (...) faz lembrar que ele *nunca* foi estabelecido e unificado” (HALL, 2006, pg 26). O autor ainda cita Kobena Mercer que entende que a Identidade só é um tema discutido quando está em crise, quando duvida-se do que seria, quando questiona-se sua estabilidade e a fixidez.

A descentralização trazida por Hall é um processo de *perda de si* (HALL, 2006) que ocorre com os sujeitos integrados. Esse fenômeno acontece no meio externo (social e cultural) do indivíduo e também internamente (o que o sujeito integrado enxerga como sua Identidade).

Para entender de forma mais completa a descentralização precisa-se observar os dois elementos que a compõe: o deslocamento e a fragmentariedade. O primeiro deles acontece por meio de rupturas nos discursos, Hall enumera cinco grandes mudanças na *teoria social e nas ciências* que contribuíram para essa modificação do entendimento de sujeito.

O primeiro grande movimento surgiu com as ideias marxistas que colocaram, no centro do sistema, as relações sociais e não mais *uma noção abstrata de homem*. Isso foi uma inovação da maneira de se olhar o sujeito.

A segunda mudança é de responsabilidade do pensamento freudiano, sobre o inconsciente, que ocupa o lugar de razão, trazendo a ideia de que o sujeito fosse construído a partir da relação com os outros.

em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade (...) surge de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (HALL, 2006, p. 39).

Em terceiro lugar constrói-se o sujeito por meio da linguagem, por meio dos

 de sua vontade”. (RENAUT, 1998, p. 10).

trabalhos do cientista da linguagem Ferdinand de Saussure, que traz inovações no campo linguístico, como por exemplo a ideia de relação e diferenciação entre as palavras.

Em penúltimo surge Foucault, trazendo a ideia de controle, poder e disciplina sobre os corpos, *toda pessoa vigiada é individualizada* (HALL, 2006).

Ocupa último lugar, contribuindo enormemente para a mudança paradigmática da ideia do sujeito, o movimento feminista. O feminismo está em um local honroso nessa mudança da ideia de sujeito trazendo questionamentos espaciais, politizando e problematizando a Identidade e a subjetividade, os processos de formação e de conformação com a Identidade criada, trazendo a diferença entre a construção dos gêneros, da diferença sexual, fazendo nascer a chamada “política de Identidade”.

Também a partir dessa visão de descentralização do sujeito, Ana Maria Colling traz as ideias de Linda Hutcheon sobre o indivíduo, ela entendia o movimento de descentralização não como uma negação do sujeito, mas como “situar o sujeito, reconhecendo diferenças como as de raça, sexo, classe etc” (COLLING, 2014, p. 22).

Quando o movimento feminista desconstrói essa ideia de *humanidade*, por meio do argumento das diferenças sexuais que abarcava tanto a Identidade feminina quanto a masculina (HALL, 2006), faz a cisão da unidade do sujeito e traz ao debate a problemática do gênero.

Como sistemas de significação, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão de ambiguidades e de elementos de oposição, a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e (de) uma compreensão comum. (SCOTT, 1995, p. 82).

Historicamente o termo gênero é usado para cunhar essa diferença de papéis sociais desenvolvidos⁵, também para demonstrar desigualdades no tratamento e uma luta de reconhecimento e desconstrução de discursos dominantes através do tempo.

Joan Scott, no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, traz

⁵ “Para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, usarei o termo 'gênero'”. (WEEKS, 2000, p. 29).

algumas abordagens que podem ser usadas para entender esse desenvolvimento do gênero.

Uma delas atribui uma *ordem causal* aos fenômenos que ocorrem, buscando entender o resultado desses fenômenos. Essa perspectiva tem muito a ver com a categoria “gênero” porque ela foi ressignificada ao longo do tempo e sempre foi usada de forma a trazer uma certa resistência e problematização que é de praxe do movimento feminista.

Importante notar que podemos localizar a Identidade nesse viés também, pois o termo também traz em si um histórico de longos debates e ressignificações que o transformaram ao longo do tempo, e também no decorrer da existência dos inúmeros movimentos filosóficos e correntes do saber que se sobrepuseram.

A Identidade de gênero relaciona-se com os processos de construção do sujeito, assim a “identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável” (SCOTT, 1995, p. 82).

Para os estruturalistas a Identidade de gênero formaria-se biologicamente, a partir do desenvolvimento infantil, já os pós-estruturalistas entendiam que a linguagem tinha papel essencial na “comunicação, na interpretação e na representação de gênero” (SCOTT, 1995, p. 81).

Já no caso dos construtivistas, como será analisado posteriormente, toda essa relação é entendida como uma construção social⁶, com inúmeras relações de poder, assim, como explana Jeffrey Weeks: (2000, p. 40) “O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder.”

2.1 QUESTÕES EM TORNO DA IDENTIDADE

Primeiramente tratando sobre o processo de identificação, ou *subjetificação*

⁶ Importante ressaltar que a construção social de cada ideia do que seja o corpo distingue-se dependendo da época, da importância que um momento social lhe confere (WEEKS, 2000). Diferentes momentos importam-se de forma diferente com o corpo. No decorrer do texto “O Corpo e a Sexualidade”, 2000, Jeffrey Weeks demonstra que o construcionismo assume perfis diferentes, quando o construcionismo social relaciona-se com a economia, ou quando cita o construcionismo linguístico radical, isso quer dizer que existem muitas facetas do construtivismo, ao longo do tempo ele nunca permanece igual e uniforme.

(2014), Hall busca explicitar que o processo de identificação, para o senso comum, é o mesmo do reconhecimento de características em comum, as quais formariam uma base grupal. Em contraponto, em âmbito científico, a identificação é vista como uma construção, nunca estando completamente integralizada, desenvolvendo-se um processo de articulação. Mais profundamente na explanação proposta por Hall, as identidades seriam construídas na relação com o Outro, “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (HALL, 2014, p. 110).

Assim, Hall (2014) entende que é nessa tentativa de olhar a questão do sujeito por outro viés, conforme a rasura (como percebida por Derrida, pensando “no limite” ou “no intervalo”) que o termo adquire e a partir disso que

a questão da identidade - ou melhor, a questão da *identificação*, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar - volta a aparecer. (Hall, 2014, p. 105).

Nesse momento, as questões em torno da Identidade, serão vistas a partir de um outro viés: a questão de *ser* identificado/a, da *identificação*⁷. O autor Kaufmann trouxe sua análise sobre a identificação a partir “bilhete de identidade”, esse foi o primeiro movimento de identificação que existiu, e ele era essencialmente administrativo⁸.

Nesse bilhete eram escritas informações como: a data de nascimento da pessoa, seu endereço, descrições de seu fenótipo, no máximo duas fotografias (uma de frente e outra de perfil) e um número de identificação⁹. Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1989) já observa que cada sociedade tem uma íntima necessidade de distinguir seus indivíduos, para algumas basta os diferentes nomes, mas essa simples distinção vai tornando-se insuficiente quando a população cresce em demasia.

Na França era necessária a identificação para fins de controle de

7 Sobre isso, Hall explica que “o conceito de 'identificação' acaba por ser um dos conceitos menos bem desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão ardiloso - embora preferível - quanto o de 'identidade'” (HALL, 2014, p. 105).

8 “Do ponto de vista da administração [o bilhete de identificação] torna-se mesmo no original, de que a pessoa em carne e osso é um simples duplo”. (KAUFMANN, 2005, p. 19).

9 “O bilhete de identidade é um documento ligado à pessoa, cuja função é a de provar que aquele que o possui é efectivamente quem pretende ser”. (KAUFMANN, 2005, p. 19).

reincidência prisional, o esquema organizado no século XIX foi uma ficha com detalhes sobre o tamanho da cabeça e outras medições dos aprisionados. Depois as fichas foram substituídas por descrições, essas mudanças ocorriam para tentar proporcionar maior segurança nas prisões, sem que uma pessoa fosse injustamente culpada. Logo depois outras formas de identificação, como por meio das impressões digitais, foram novidades. E essas foram apenas algumas das formas de identificação europeias, sem citar-se o resto dos continentes, como faz Ginzburg em sua obra.

Kaufmann ressalta que, no continente europeu, o *identificador* (a forma do bilhete de identificação ou então as informações nele contidas) mudava de acordo com a “desconfiança” que o nacional desenvolvia com outros grupos de pessoas que adentravam o território europeu. Desse modo:

O nascimento oficial do bilhete de identidade para todos os franceses, trinta anos mais tarde, será também ele ocasionado por um novo medo e um novo ódio de tipo xenófobo, visando uma população violentamente estigmatizada, os judeus. (KAUFMANN, 2005, p. 20).

Assim observa-se que no processo histórico europeu de identificação a característica desse movimento normalizador era o nacionalismo com toques xenófobos, anteriores à segunda Grande Guerra.

A descrição que aparecia nos *bilhetes de identificação* também chegaram a ser lombrosianas, isso porque depois de um tempo constava a dimensão do crânio e características físicas das pessoas.

Tudo isso como uma tentativa estatal de “proteger os cidadãos” de possíveis grupos estrangeiros que poderiam oferecer riscos à soberania daquele país¹⁰.

Resgatando as ideias propostas por Hall, no texto *Quem precisa de identidade?* (HALL, 2014), é possível analisar essa emergência da *crise da Identidade* e também as estratégias desconstrutivistas¹¹ que são usadas para analisar esse fenômeno. E são esses movimentos que geram a centelha para o debate filosófico, sociológico e também jurídico que ocorre na segunda metade do

10 “o Estado começou a trabalhar nas identidades individuais, muito antes da maioria dos indivíduos se preocuparem eles próprios com isso”. (KAUFMANN, 2005, p. 55).

11 “A perspectiva desconstrutiva coloca certos conceitos-chave 'sob rasura'”. (HALL, 2014, p. 104).

século XX¹² e que traz toda a questão da mudança da lente teórica com a qual se analisa a Identidade.

2.2 CONSTRUCIONISMO E JUDITH BUTLER

Na obra *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, o autor Jeffrey Weeks escreve sobre O corpo e a sexualidade, e logo no início da obra pontua que:

Falamos todo o tempo sobre o "instinto ou impulso do sexo", vendo-o como a coisa mais natural. Mas é isso mesmo? Há agora uma vasta literatura sugerindo, ao contrário, que a sexualidade é, na verdade, "uma construção social", uma invenção histórica, a qual, naturalmente, tem base nas possibilidades do corpo: O sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas. (WEEKS, 2015, p. 26-27).

Por meio dessa perspectiva construcionista¹³, Jeffrey Weeks defende que o sexo é fator essencial para a constituição da personalidade e da Identidade da pessoa. Desse modo todo o peso que vem, depois de se saber qual o sexo biológico de uma pessoa, é um aparato de regras e expectativas construído.

Basta uma determinação biológica¹⁴ para que a pessoa assuma toda uma responsabilidade e exerça papéis que foram construídos.

Ainda sobre esse embate (natural x social), o essencialismo¹⁵ é combatido pelo construcionismo, em razão dos autores entendem que esses papéis sociais e culturais desenvolvidos não podem ser meramente um resultado interno de cada pessoa, algo biológico ou natural, mas sim algum produto de inúmeros conflitos e

12 Esse debate continua existindo, desde aqueles tempos, veja-se por exemplo a recente decisão da Suprema Corte brasileira, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275, que julgou procedente a ação, para que o artigo 58 da Lei nº 6.015/73 seja interpretado conforme a Constituição brasileira e também conforme o Pacto San José da Costa Rica, para que os transgêneros que desejassem fazer a mudança do prenome e do sexo diretamente no cartório de registro civil.

13 "A expressão 'construcionismo social' será usada como um termo abreviado para descrever a abordagem, historicamente orientada, que estaremos adotando, relativamente aos corpos e à sexualidade". (WEEKS, 2015, p. 29).

14 Cumpre ressaltar que em Butler essa "determinação biológica" não é, na verdade, natural como aparenta, pois até mesmo isso seria uma construção que qualificaria de um jeito ou de outro o atributo biológico.

15 "O 'essencialismo' é o ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior. Essa abordagem reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos". (WEEKS, 2015, p. 29).

ordens exteriores.

Desse modo, o construcionismo preza pela análise de como o sujeito ou a identidade se desenvolve através dos discursos e também da linguagem:

Em vez de supor que as identidades são auto evidentes e fixas como fazem os essencialistas, o trabalho de Butler descreve os processos pelos quais a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso: as teorias construtivistas não tentam reduzir tudo a construções linguísticas, mas estão interessadas em descrever as condições de emergência - neste caso - do sujeito. (SALIH, 2017, p. 21).

Conforme esse entendimento construcionista os sujeitos são criados e modificados a partir de fenômenos sociais, abandonando aquela ideia essencialista de que o ser já nasceria com uma formatação, sem depender tanto assim dos efeitos exteriores. Dando um passo atrás nessa conclusão, importante dizer que esses papéis que são assumidos não são resultado de uma cadeia evolutiva que tem uma origem natural¹⁶, são provenientes de uma organização das relações de poder que moldam essas funções, dependendo da necessidade temporal, cultural, espacial, política.

Esses papéis, como já mencionados, como também toda a noção de corpo, limites do corpo, funcionamento e comportamentos são regulados pelo Estado, que faz isso por meio de códigos de conduta, regulações, ordens, legislações, proibições e intervenções na área da saúde.

Tudo isso é feito em prol de um resultado positivo no embate que existe nas relações de poder.

Os códigos e identidades sexuais que tomamos como dados, inevitáveis e "naturais", têm sido freqüentemente forjados nesse complexo processo de definição e autodefinição, tornando a moderna sexualidade central para o modo como o poder atua na sociedade moderna. (WEEKS, 2015, p. 29)

Essas “identidades forjadas” (WEEKS, 2015) que modificam a perspectiva do sexo, e também do gênero, sendo elementos importantes na forma como o poder é exercido são retratadas por meio de outro ponto de vista, contra paradigmático,

¹⁶“Nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder”. (WEEKS, 2015, p. 28).

nos textos da filósofa Judith Butler.

Assim, agora cumpre-nos adentrar essa outra perspectiva de análise, que se utiliza do método dialético. Previamente importante ressaltar que Butler não faz uso do método dialético hegeliano da forma mais convencional, pois dispensa que haja uma síntese de seus questionamentos. Logo, ao fim de seu processo dialético, o que sobra é uma nova negação, que servirá para uma nova discussão (SALIH, 2017).

[Se] Butler e Foucault descrevem a formação do sujeito como um processo que, para ser compreendido, deve ser analisado em contextos históricos e discursivos específicos. (SALIH, 2017, p. 15).

As teorias desenvolvidas por Butler são classificadas como *queer*¹⁷. Isso quer dizer que não são provenientes de uma base concreta teórica, mas de desconstruções, dúvidas, indeterminações e instabilidades. Isso significa nunca ter uma certeza absoluta e inquestionável, sempre buscar formar o conhecimento e as discussões com base na ideia de que nada é imutável ou fixo. Para essa autora, tudo pode ser questionado, desconstruído e negado.

A teoria *queer* gera polêmica porque nega até mesmo os prolóquios mais inquestionáveis que a sociedade está acostumada a ter como indiscutíveis.

Questiona-se até mesmo o início do conceito de Identidade, porque ela nasce como nasce, por que é tão normal, socialmente, que aceitemos a Identidade daquele modo.

Os domínios da ‘representação’ política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (BUTLER, 2003, p. 18).

Antes de adentrar sobre essa questão da construção cumpre informar que essa referida “construção” do sujeito não desenvolve-se como geralmente

17“A teoria queer surgiu, pois, de uma aliança (às vezes incômoda) de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas que fecundavam e orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito” (SALIH, 2017, p. 19).

entendemos uma construção, ou seja: parte-se de um planejamento, depois aos poucos o objeto toma a forma desejada e no fim apenas restam processos de polimento e retoques finais, terminando o que se constrói e partindo para outro projeto a ser construído.

Na verdade a construção, para Butler, é mais um estado instável de desconstrução permanente¹⁸, pois ao mesmo tempo que um discurso reproduz uma Identidade, uma representação ou um sujeito, ele está passível de ulteriores mudanças, de novas roupagens, nunca ficando pronto, sempre sendo reafirmado com o passar do tempo, na tentativa de ser fiel e útil ao discurso preponderante, ao modelo de poder que vigora.

Sexo é um processo, não algo estático, uma “reiteração forçada” de normas regulatórias (BUTLER, 2000) de cada momento que o *constrói*. Elvira Diaz, no texto Desconstrução e subversão: Judith Butler (2013), vai além nessa constatação, entendendo que o termo *performatividade* caberia melhor nas explicações de Butler do que simplesmente *construção*, que poderia trazer ideias equivocadas, gerando confusão sobre o processo de reiteração de normas e materialização.

É tão forte esse processo que pode lançar ou excluir o sujeito de uma categoria de inteligibilidade, “a construção do gênero atua através de meios excludentes” (BUTLER, 2014, p. 157).

Essa ideia de inverter a lógica com que estamos acostumados a tratar a questão da Identidade, do sujeito, do gênero é a novidade que vem com Butler. Como já foi citado, para ela o sujeito não é algo definido, fixo e copiado, mas algo variável e construído legitimamente. O símbolo do que é aquele sujeito só alcança o que é reconhecido como sujeito (BUTLER, 2003).

Além disso, as limitações que decorrem do pensamento de que sexo e gênero decorrem um do outro (sendo o gênero a representação cultural do sexo e sexo o critério biológico de cada um) são desconstruídas por Butler quando ela retira essa ideia de dependência entre ambos, argumentando que as categorias de gênero

¹⁸O construcionismo radical, em que os corpos seriam criados pelo discurso, na verdade é o combatido pela autora Judith Butler. Para ela o construcionismo radical recai no monismo linguístico, pois coloca a linguagem como ponto de produção. Isso altera causa e efeito, incorrendo na metafísica do sujeito.

podem ser construídas de forma autônoma à ideia de sexo¹⁹. Até mesmo sexo é uma construção, que serve às normativas regulatórias. Por isso que a ideia de Identidade de gênero fica tão mitigada e também por isso que a ideia de binarismo em Butler se dissolve quando ela vai ainda mais longe em suas elucubrações questionando a própria noção de sexo, pois se for questionável então talvez sexo sempre tenha sido gênero, e não sexo (BUTLER, 2003).

Caminhando um pouco além da perspectiva de gênero em Butler também encontramos a discussão sobre a inteligibilidade dos corpos e sua materialização, assim:

em sendo a 'identidade' assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de 'pessoa' se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é incoerente ou descontínuo, os quais parecem ser pessoas mas não se conformam às normas de gênero e inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2003, p. 38).

Existem exemplos de sujeitos que fogem das regras e normas culturais, que são pontos fora da curva para a questão de gênero, gerando dúvidas se haveria realmente uma relação binária sexo/gênero. Esses indivíduos recebem o predicativo de *corpos abjetos*²⁰.

Em entrevista prestada no ano de 2002, Butler explicou que o termo *corpos abjetos* “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como "não importante"” (PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA, 2002)²¹.

19 “A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que o *homem* e o *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino quanto um feminino.” (BUTLER, 2003, p. 24-25).

20 Como as próprias entrevistadoras de Butler no texto do ano de 2002 argumentam: “Corpos que não importam são corpos 'abjetos'” (PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA, 2002).

21 Essa falta de importância pode ser facilmente demonstrada com a questão trans, novamente, uma das classes mais vulnerabilizadas do Brasil. Infelizmente ainda existem muitos assassinatos de trans no país e quem se mobiliza nesses casos, para levantar dados e também requerer ações estatais, na maioria das vezes, são os grupos e Associações de militância dessa causa (exemplo do grupo ANTRA que atua em Porto Alegre). Sobre isso vide exemplos de notícias que são facilmente achadas após breve busca: **Número de assassinatos de pessoas trans no Brasil é o maior em dez anos.** Disponível em :<[https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/numero-de-assassinatos-de-pessoas-](https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/numero-de-assassinatos-de-pessoas-trans-no-brasil-e-o-maior-em-dez-anos)

É importante trazer essa discussão porque são esses *corpos abjetos* (que são muitas vezes descartados como sujeitos por não poderem ser albergados por aquelas representações binárias de feminino e masculino) que saem das regras, que não são legitimados pelo sistema, que ficam à margem de tudo, inclusive do Direito.

Nesse sentido, pois, o 'sexo' não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos de governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir - demarcar, fazer, circular, diferenciar - os corpos que ela controla. (BUTLER, 2000, p. 151).

Assim, as normas legítimas criam e reproduzem corpos, e os que não se ajeitam entre essas leis e papéis ficam à margem, fora do limite imposto pelas normativas hegemônicas (nesse caso heterossexuais). Esses corpos não desempenham as funções²² e nem possuem as características que as regras continuam a reproduzir em escala, na verdade eles próprios são *queer*, ocupando espaços geradores de vulnerabilidade e exclusão.

Enfim, inicia-se a discussão explicando sumariamente sobre o construcionismo, focando as explicações em Weeks, já iniciando o recorte de sexualidade, introdutoriamente já explicando que a construção de conceitos diz respeito a momentos históricos, a discursos e ao poder constante naquele momento estudado. Depois fez-se um recorte específico de gênero, utilizando-se os conceitos e a discussão em Butler, afirmando que as construções são processos de reiteração (BUTLER, 2014) que envolvem também discursos dominantes em cada época histórica e que o termo *performatividade* é de melhor cabimento do que construção.

trans-no-brasil-e-o-maior-em-dez-anos,70002167595>; Taxa de homicídios de transexuais e travestis é a maior em dez anos. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/taxa-de-homicidios-de-transexuais-e-travestis-e-a-maior-em-dez-anos>>; Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. Disponível em: <[LGBThttps://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785](https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785)>

²² Sobre esse desempenho de papéis e funções é importante trazer a noção da *performatividade* de Butler, que é a repetição, “reiteração de normas” (BUTLER, 2003) desenvolvida pelos sujeitos.

3 IDENTIDADE DE GÊNERO²³ E DIREITO

Os domínios da 'representação' política e lingüística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (BUTLER, 2003, p. 18).

Ainda sobre as ideias de Butler, no livro *Gender trouble*, a filósofa traz a relação entre os enunciados jurídicos e a Identidade de gênero. Nesse sentido, Butler resgata as formulações *foucaultianas* de conformação do sujeito, “as noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos” (BUTLER, 2003, p. 18), isso porque trazem, em sua maioria, enunciados que restringem²⁴ os sujeitos. Essa tentativa de proteção pelo Direito acaba resultando na *reprodução* de um modelo heteronormativo também no meio jurídico.

Assim, o sistema não destacaria identidades feministas, respeitando suas bases e seus engenhos próprios, pois seria contraditório uma Identidade feminina que se igualasse ou então se sobrepusesse à Identidade masculina hegemônica. Isso faria com que o próprio sistema sucumbisse (BUTLER, 2003).

É o sistema, político e jurídico²⁵, que age sobre as identidades que serão

23 “Seria errado supor que a discussão sobre a ‘identidade’ deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero”. (BUTLER, 2003, p. 37).

24 Restringir, nesse sentido poderia significar tanto uma noção de *fabricação de corpos* ou então de *modelagem de corpos*. Na primeira constatação parte-se da ideia de que os corpos não existem, e os sujeitos são fabricados *ab ovo*, o que não é condizente para o propósito e as metodologias escolhidas pelo presente trabalho. Isso porque esse recorte jurídico evidencia que o Direito *fabricaria* formas de vida que são ou não válidas. Em *Gender Trouble*, explica-se a *genealogia* proposta por Foucault, quando em suas investigações, busca-se explicitar essa forma distinta de se analisar o sujeito, funciona do seguinte modo: não é feita uma profunda pesquisa originária, voltando-se ao passado, tentando descobrir quais foram as situações que levaram à construção do sujeito (ou da *sujeita*) como percebido hoje em dia, em realidade percebe-se todo um ângulo novo a ser usado para analisar a sociedade, deixando de tentar entender as fundações dessas construções, de gênero, por exemplo, mas - ao contrário - quais seriam “os efeitos das instituições” (BUTLER, 2003, p. 09). São “instituições definidoras” o falocentrismo e também da heteronormatividade. Desse modo, ocorreria uma constituição, uma representação, algo que já existe é sofre influência do sistema relacional, e não uma construção no sentido de criação, de partir-se do nada para criar uma identidade. É por meio dessa metodologia que, a partir de agora, o presente trabalho deve ser lido. Na verdade, o Direito valida ou não formas de existir.

25 Porém, não apenas e sozinhos esses sistemas, envolvendo outros mais como o social, histórico,

postas em destaque ou sublimadas, de acordo com a lógica estrutural, evitando que o próprio sistema entre em colapso:

a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (BUTLER, 2003, p. 19).

O Direito, e todo o aparato legal, tem uma ação reprodutora, conformadora e excludente de identidades. Existe outro debate que ilustra esse tema: o direito à Identidade²⁶.

[a afirmação da identidade sexual] assegura a possibilidade de o indivíduo expressar todos os atributos e características do gênero a que pertence e está intrinsecamente relacionada à dignidade da pessoa humana, somada a outros princípios igualmente importantes, a exemplo dos princípios da liberdade e da igualdade. (BEZERRA, MAIA, 2017, p. 1690).

É como um giro de 180° no tema, primeiro o Direito como estruturador de Identidades, e depois o Direito como meio de proteger e de abarcar identidades sublimadas, como se fosse um movimento de minimização de danos. A jurisprudência²⁷ tenta amenizar todo o problema de abjeção por meio de enunciados, Súmulas, decisões e discussões.

E assim o Direito²⁸ se revela ainda mais complexo, o poder exercido por ele vai muito além desses processos sobre as identidades²⁹. Pode ser observado, por

cultural.

26 “O desrespeito à autodeterminação, ao livre desenvolvimento e à identidade torna ineficaz a cláusula geral de tutela da pessoa e representa o esvaziamento do conteúdo jurídico da dignidade da pessoa humana”. (BEZERRA, MAIA, 2017, p. 1701).

27 Sobre esse tema, vide o artigo a seguir: **STF: transexual e o direito à identidade de gênero**. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI231724,21048-STF+Transexual+e+direito+a+identidade+de+genero>>. Acesso em 01/07/2018

28 “A incongruência entre o gênero pelo qual a pessoa se expressa e o seu sexo biológico também deságua no Judiciário, mais especificamente, quanto às discussões relativas à possibilidade de reconhecimento da alteração do nome e designativo do sexo no registro civil das pessoas transexuais e reclama do intérprete/aplicador da lei uma postura ativa na interpretação da norma para que a pessoa transexual seja defendida em toda a sua extensão, conforme princípios constitucionais e direitos fundamentais”. (BEZERRA, MAIA, 2017, p. 1691).

29 “A noção de que pode haver uma 'verdade' do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER, 2003, p. 38).

um lado, como um movimento invisível de contenção.

Contudo, não só como contenção, pois é como se existisse um movimento de normalização, que atua reproduzindo modelos, e é a face restritiva do Direito, e outro movimento que é proveniente das lutas sociais, como LGBTI+, que por meio de insatisfações forçam aberturas no sistema, o Direito não seria só um dos movimentos, não seria só de contenção e restrição.

Sobre esse tema também importante indicar o livro *Foucault's Law*, de autoria de Ben Golder, em que o autor demonstra que o Direito (trazido no livro como “a lei”, *the law*) é relacional aos poderes externos, não sendo algo completo em si mesmo, mas dependente dos poderes influenciadores (GOLDER, 2009). Desse modo, verifica-se a relação entre esses movimentos externos com o Direito.

3.1 BINARISMO E ABJEÇÃO³⁰ NO DIREITO

Cabe ressaltar, por pelo menos mais uma vez, que Butler analisa das instituições definidoras como sendo o falocentrismo e também a heteronormatividade.

Partindo dessa noção, importante citar a dissertação de mestrado de Dhyego Câmara de Araújo, em que o autor tenta entender a lógica heteronormativa³¹ presente no Direito, desse modo:

Se as lutas identitárias atualmente fagocitaram para os seus elementos a linguagem própria do mundo jurídico, os direitos, ao ser atravessados pela governamentalização da vida, confina, reduz e orienta as condutas dos indivíduos segundo uma verdade heteronormativa. (ARAÚJO, 2017, p. 130).

O autor entende que o Direito é utilizado pelo governo para normalizar e também “forjar subjetividades” por meio de normas (ARAÚJO, 2017, p. 132), por

30 “A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e a que as em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’” (BUTLER, 2003, p. 39).

31 “Desde muito cedo são apresentados padrões de comportamentos diferentes para homens e mulheres. A sociedade busca, intencionalmente, por meio de diversas estratégias e técnicas, estabelecer uma identidade masculina ou feminina com padrão. Um homem ou uma mulher deverão ser heterossexuais e são incentivados a isso”. (BEZERRA, MAIA, 2017, p. 1688-1689).

meio dessa *verdade heteronormativa*.

A instituição definidora da heteronormatividade, por mais que esse termo ainda não tivesse sido cunhado na época, já tinha sido criticado por Wittig, por ser uma norma discriminatória e também conformadora de uma sociedade em que muitos são marginalizados por não obedecerem ou não adequarem-se a esse sistema de normas³². Butler transforma a noção binária de gênero, até então compreendida, quando entende que se sexo está separado e não relacionado a gênero então não tem porque gênero ser apenas um resultado binário, podendo ultrapassar essa ordem entre feminino e masculino (BUTLER, 2003).

Entretanto, retornando ao sistema binário de gênero, feminino/masculino, há ainda quem observe por meio da comparação, da oposição entre essas duas espécies, conservando o binarismo:

Algumas teóricas feministas afirmam ser o gênero ‘uma relação’, aliás um conjunto de relações, e não um atributo individual. Outras, na senda de Beauvoir, argumentam que somente o gênero feminino é marcado, que a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definindo com isso, as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como portadores de uma personalidade universal que transcende o corpo. (BUTLER, 2003, p. 28).

Distingue-se dessa perspectiva a opinião de Luce Irigaray, para ela o feminino não seria suficiente nem mesmo para chegar à categoria de sujeito (BUTLER, 2003), não podendo ser feita uma comparação entre um sujeito e um não-sujeito, seria a comparação entre a existência e a falta.

A lógica binária, por ser derivada a relacionável ao falocentrismo e à heteronormatividade, então, relaciona-se com a constituição de corpos abjetos, que podem ser entendidos como os corpos que estão à margem do que é *normal* e *inteligível*. A “regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e

32 “Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade.” e “Posso apenas sublinhar o caráter opressivo de que se reveste o pensamento hétero na sua tendência para imediatamente universalizar a sua produção de conceitos em leis gerais que se reclamam de ser aplicáveis a todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos.” **O pensamento hétero.** Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_.pdf>. Acesso em 04/07/2018.

médico-jurídica.” (BUTLER, 2003, p. 41).

Sempre que se fala sobre abjeção é importante também trazer à tona a luta trans, que já foi tratada no primeiro capítulo. A Identidade é fortalecida ou então sublimada de acordo com estruturas (que relacionam-se intimamente com as instituições definidoras):

Além disso, quando as identidades ou as estruturas dialógicas consensuais pelas quais as identidades já estabelecidas não comunicadas não constituem o tema ou o objeto da política, isso significa que as identidades podem ganhar vida e se dissolver, dependendo das práticas concretas que as constituam. (BUTLER, 2003, p. 36-37).

Durante o domínio de uma ou outra forma de poder podem as identidades ganhar visibilidade ou ser totalmente invisibilizadas. O sistema jurídico tem um importante papel, servindo como *veículo* dos movimentos que recaem sobre essas identidades.

Esse mesmo meio jurídico citado acima é amplamente criticado pela comunidade trans, isso porque não oferece proteção suficiente, tratando de forma não isonômica quem foge dos padrões de Identidade hegemônicos. Esse tema foi alvo de uma série de reportagens do *Correio Braziliense* chamada Transexuais no Brasil: uma luta por Identidade³³ que retratou inúmeros setores que apenas reproduzem vulnerabilidades e mantém invisibilidades trans. Essa abjeção chega a ser hostil.

Como exemplo, dessas *áreas hostis*, podem ser citados: o mercado de trabalho³⁴, a família, o próprio direito, ambientes públicos (escolas³⁵, universidades, parques, praças, a própria via pública, sistema de saúde³⁶) dentre outros.

O ordenamento jurídico e as iniciativas legislativas (projetos de lei) também

33 **Transexuais no Brasil: uma luta por identidade.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>>. Acesso em 11/07/2018.

34 **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 11/07/2018.

35 **Violência e discriminação roubam de transexuais o direito ao estudo.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>>. Acesso em 11/07/2018.

36 **Receber cuidados médicos é desafio para transexuais.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/receber-cuidados-medicos-e-desafio-para-transexuais>>. Acesso em 11/07/2018.

são criticadas na referida série de reportagens. Isso acontece porque os poucos enunciados legais que são criados são precários ou incompletos, não observam a real complexidade do tema:

Embora essas decisões sejam válidas para todo o país, elas são vistas como 'frágeis' por não terem força de lei, o que torna mais fácil sua extinção. No âmbito estadual e municipal, há outras iniciativas, mas a maioria, salvo raras exceções, não atende às principais demandas da comunidade LGBT³⁷.

Além de serem previsões recentes, que iniciaram sempre pelo meio da saúde, trouxeram formas de abordagens dos profissionais quanto à orientação sexual, sem que fosse discutida a Identidade de gênero.

Como exemplo podemos citar a Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia que buscou “estabelecer normas de atuação para os psicólogos em relação à questão de Orientação Sexual”³⁸.

Sobre a Resolução em questão é importante ressaltar duas “considerações” introdutórias que foram feitas, a primeira intimamente ligada ao tema do presente trabalho: “CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da Identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade” (RESOLUÇÃO, 1999), traz uma ideia holística de Identidade, que precisa ser entendida também por meio da orientação sexual da pessoa e suas práticas sociais, sem que haja uma criminalização ou então um preconceito a respeito da sexualidade de cada indivíduo.

A segunda consideração, inobstante, demarca a atualidade da discussão sobre sujeitos, sobre forma de poder, que é trazido por Butler, reconhecendo que existe um modelo normatizador heteronormativo que tende a condenar, ou então olhar como desviantes, sujeitos que não ostentam identidades “normais”, os sujeitos que as instituições definidoras insistem em deixar à margem.

São esses corpos que lutam por um processo de dignificação, de suas

37 **Falta de legislação torna pessoas trans mais vulneráveis.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/falta-de-legislacao-torna-pessoas-trans-mais-vulneraveis>>. Acesso em: 11/07/2018.

38 **Resolução 001/1999.** Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em 11/07/2018.

próprias identidades e diferenças, como pode ser lido: “CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente” (RESOLUÇÃO, 1999).

As outras previsões do ordenamento jurídico são Resoluções, Notas técnicas e também Portarias, porém mais em nível administrativo do que jurídico, discutindo estratégias de saúde, por meio do SUS³⁹.

Apenas em 06 de março de 2015, a partir da Resolução nº 13 do CNCD/LGBT foi aprovado o Regimento Interno do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais⁴⁰.

Logo, a crítica que foi feita pela matéria citada acima se sustenta, pois as legislações, resoluções, disposições judiciais são realmente rarefeitas e contidas em diplomas legais com menor força normativa, o que pode não garantir eficácia às reivindicações.

Outra novidade que precisa ser citada é a extensão das medidas protetivas de urgência às transexuais e também transgêneras, proposta relativa à PLS 191/2017⁴¹, que garante que elas sejam partes ativas nos autos de medida que podem até mesmo afastar o agressor de suas casas, garantindo uma proteção à sua vida e integridade física como a que foi objeto de luta de tantas mulheres, ao longo de tantos anos, que resultou na Lei nº 11.340/2006, a conhecida “Lei Maria da Penha”, que

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006).

39 Podem ser exemplos desse cenário: a Portaria nº 2.803/2013 e Resolução CFM nº 1.955/2010.

40 “Art. 2º O CNCD/LGBT tem por missão garantir os direitos humanos e o exercício pleno da cidadania da população LGBT sem preconceito algum.” Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>>. Acesso em 12/07/2018.

41 **Mulheres trans poderão ter proteção da Lei Maria da Penha.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/03/mulheres-trans-poderao-ter-protecao-da-lei-maria-da-penha>>. Acesso em 12/07/2018.

Novamente discute-se aqui a noção da Identidade feminina, sobre o que se trata quando categoriza-se a “mulher”, e repete-se inúmeras vezes no texto “mulher”.

O termo parece ser simplificado e esquece-se a complexidade que ele carrega: como categorizar tantas pessoas, tantas experiências, tantas histórias e lutas em um só termo “mulher”, ainda no singular?

Como esses múltiplos sujeitos criados, mantidos, normatizados, reproduzidos podem ser diminuídos em só termo? Como, inclusive, quem viveu por tantos e tantos anos à margem de tudo, inclusive da sociedade e do direito, pode ser inserida a categoria única que o texto legal traz, assim, simplificado, sem muitas explicações e nem mesmo contextualizações? Há, simplesmente, o termo “mulher”.

3.2 RELAÇÃO ENTRE DIREITO E A GRAMÁTICA IDENTITÁRIA

O Direito utiliza-se de discursos e também de posições privilegiadas, sendo muito importante e um instrumento das instituições definidoras. Assim, dentro do discurso do Direito há modelos exaltados e modelos sublimados, os limites desses corpos são produtos dessa lógica.

O que pode um corpo está sempre circunscrito nos limites das técnicas que o visam. Além disso o ‘objeto’ também muda de acordo com o mecanismo (dispositivo) técnico que serve para observá-lo. O corpo visto no microscópio é diverso daquele visto numa tomografia e numa fotografia. O que nos leva a perceber que o ‘objeto corpo’ é articulado e tornado inteligível no interior de cada campo discursivo que o captura numa configuração própria de inteligibilidade. (FONSECA, 2016, p. 02).

O campo discursivo do direito, desse modo, perpetua corpos e identidades e também os invisibiliza, os proíbe, os criminaliza e os torna inteligíveis⁴². A perpetuação desses modelos não fica adstrito a essa reprodução apenas no campo jurídico⁴³, os falantes, como acredita Butler, também detém uma parcela de responsabilidade.

⁴² “O corpo não é um dado, ele é um vir a ser, só existe num devir continuado de sua relação com as formas de sua inteligibilidade” (FONSECA, 2016, p. 03).

⁴³ “Pressupor um produtor isolado de um enunciado é como vermos adiante, uma ficção fabricada pela lei para justificar a regulação do discurso e da representação” (SALIH, 2017, p.144).

Isso nos leva ao segundo ponto: se a linguagem é uma cadeia significativa que se prolonga para trás e para além de quem enuncia, então seria um erro supor que quem enuncia é o produtor isolado de sua fala. (...) Na mesma medida em que os falantes são formados pela linguagem, eles também a formam (SALIH, 2017, p. 143).

Seguindo o exemplo da linguagem, Butler cita a categoria “mulheres”, que foi historicamente objeto de luta para que se promovesse uma “visibilidade política das mulheres” (BUTLER, 2003). Sinteticamente, o exemplo prático é a luta para posicionar as mulheres⁴⁴ dentro da própria gramática⁴⁵.

E o termo foi historicamente objeto de discussão também porque não era suficiente para representar a todas as mulheres. Um exemplo sobre a complexidade dessa questão em um âmbito prático é o termo *mulher* previsto na qualificadora do feminicídio, sobre essa representação, no artigo Uma crítica foucaultiana à criminalização do feminicídio: reflexões sobre um direito pós-identitário para a diminuição da violência de gênero, publicado em 2017:

por um lado a representação funciona como o elemento que permite ampliar a visibilidade e a legitimidade das mulheres como sujeitos políticos no processo de reconhecimento, por outro lado a representação distorce e encobre o que se encontra abarcado pela categoria das mulheres (BORGES, BORTOLOZZI, 2017, p. 40).

Destarte, o termo “mulher” pode ser usado, ingenuamente, em uma tentativa de abarcar essa categoria de pessoas, mas em realidade sempre foi um grande causador de debates no âmbito dos movimentos feministas, porque existem muitas expressões do que é ser mulher que não estariam abarcadas pelo conceito.

44 E aqui vê-se que Butler usa a expressão *mulheres* e não *mulher*, demonstrando a multiplicidade de sujeitos que cabem no conceito e também como é importante o papel da linguagem, a luta feminista também dentro da linguagem.

45 “Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada” (BUTLER, 2003, p. 18).

3.3 IDENTIDADE E DIREITO EM MOVIMENTO

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida com qualquer conjuntura considerada (BUTLER, 2003, p. 37).

Gênero, direito, Identidade, corpos abjetos e discursos. Cada época histórica é formada também por conceitos, distinguindo-se a partir da mutabilidade e variabilidade das categorias e dos conceitos⁴⁶.

Desse modo, não cabe considerar o gênero, o sujeito e a Identidade como modelos fixos e imutáveis na perspectiva pós-moderna. Ao longo do primeiro capítulo do presente trabalho foi demonstrado como a noção de um sujeito uno e indivisível⁴⁷ perdeu sua força e sua razão de ser com o decorrer do tempo e o surgimento de novas posturas do pensamento.

Nesse contexto pós-estruturalista, o aparecimento de outras identidades culturais vai contribuir para delinear outro conceito de sujeito, quer para as artes e para a cultura, quer para o pensamento intelectual. Diante desse quadro, as identidades culturais passam a ser entendidas como algo não fixo, não essencial (...) Nessa visão, o sujeito assumiria diferentes identidades em diferentes situações, não comandadas por um único eu (SIERRA, 2017, p. 139).

Quando as identidades são vistas como algo *não fixo e não essencialista*, deixa-se de percebê-las como algo já enraizado, sólido, imutável e previsível. Elas adquirem tom fluído, como foi explanado por Bauman em seus estudos sobre a liquidez da modernidade.

Essa não fixação da Identidade pode até mesmo gerar certo sentimento de

46 Antes que se vá adiante e trate-se mais a fundo essa questão, cabe já indicar que os conceitos e termos, no tema da Identidade, estão em como se fosse um campo de batalha conceitual, em que são utilizados de formas distintas por movimentos concomitantes e muitas vezes conflitantes. Mas essa questão será mais analisada a partir do capítulo quarto.

47 No artigo **A morte do homem: um debate sobre a noção de identidade fluída na modernidade líquida**, o autor, ao lembrar Hall, cita que: "Para essa concepção iluminista, a identidade do sujeito era centrada e unificada dentro de características encontradas pela medicina e biologia da época. Essas características deterministas eram relacionadas a traços físicos, origem de nascimento, e posições sociais, que permaneciam inalteradas em toda a existência do sujeito." **A morte do homem: um debate sobre a noção de identidade fluída na modernidade líquida**. Disponível em: <<http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehute/article/viewFile/22/21>>. Acesso em 25/07/2018

liberdade⁴⁸, pois o que não é fixo é mutável e pode manifestar-se por maneiras imprevisíveis.

Pensar a Identidade em movimento e o direito em movimento é também, além de pensar em mutabilidade⁴⁹ e fluidez, pensar em linguagem inclusiva, conforme a perspectiva de gênero que o presente trabalho discute.

O quinto volume do compilado “O Direito Achado na Rua” busca sistematizar as discussões e críticas sobre o Direito das Mulheres em várias áreas, inclusive na linguagem⁵⁰. No referido trabalho o objetivo das autoras é demonstrar que a linguagem tem papel fundamental na construção cultural da sociedade, reproduzindo estereótipos e também preconceitos. Ao longo do texto é citada uma proposta de lei complementar, apresentada em 2015, que trata sobre o tema.

O referido Projeto de Lei Complementar nº 233, do ano de 2016, tem como objetivo implantar a linguagem inclusiva em textos normativos e oficiais, adicionando o vocábulo feminino nas disposições. Um dos objetivos dessa proposta é que um gênero não se sobreponha a outro, em uma tentativa de modificar a linguagem sexista preexistente.

Desse modo, observa-se que o Poder Legislativo também recebe propostas para tornar os textos mais acessíveis e inclusivos, com o objetivo de perceber apenas o sujeito masculino⁵¹.

Importante que seja notada essa categorização e constituição do sujeito também no texto legislativo porque é ele que insere os modelos identitários que

48 “‘Libertar-se’ significa literalmente libertar-se e algum tipo de grilhão que obstrui ou impede os movimentos; começar a *sentir-se* livre para se mover ou agir.” (BAUMAN, 2001, p. 26).

49 “A linguagem, como a própria cultura, não é estática, muito pelo contrário. A única coisa constante nelas é a mudança.” **Linguagem inclusiv@: o que é e para que serve?!**, Disponível em: <<https://petdirunb.wordpress.com/2012/06/29/linguagem-inclusiva-pra-que-serve/>>. Acesso em 30/07/2018.

50 “A linguagem não é só símbolo, ela é mais, ela representa uma realidade criada por nós mulheres e homens. A iniciativa de incluir mulheres nas referências orais e escritas, ou seja, na linguagem de uma forma geral, busca gerar uma mudança de mentalidade, pois se entende que, só a partir do momento em que as mulheres tiverem voz ativa, poderão construir uma realidade que as inclua, que as referencie e que permita que elas sejam sujeit@s históric@s.” **O Direito achado na Rua, v. 05. Introdução Crítica do Direito das Mulheres.** Disponível em: <<http://www.outrafrequencia.org/2015/02/livro-o-direito-achado-na-rua-vol-05.html>>. Acesso em 30/07/2018

51 Essa crítica e mudança fundamental faz com que novas identidades sejam reivindicadas, percebidas e promulgadas pela Administração Pública, o que ajuda no processo de visibilização de grupos que antes não eram reconhecidos, como é o caso das mulheres.

serão reproduzidos pelo ordenamento jurídico. O texto da lei faz esse primeiro recorte sobre quais indivíduos que serão abarcados e protegidos ou então sublimados, ocupando a margem.

Os domínios da 'representação' política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que poder ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (BUTLER, 2003, pg 18).

Infelizmente, no ordenamento jurídico brasileiro, como não havia de ser diferente dos demais sistemas que sofrem influência dos sistemas de representação, escolhe-se por deixar à margem certos corpos anormais.

4 FEMINICÍDIO

A reprodução de corpos abjetos, como foi indicado acima, foi o que aconteceu no Brasil, quando das alterações que o Projeto de Lei 8305/2014, que buscou inserir a qualificadora do feminicídio no texto do Código Penal brasileiro, sofreu na Câmara dos Deputados.

O projeto foi fruto de um complexo trabalho realizado por uma CPMI específica para tratar sobre a questão da violência contra as mulheres, no Brasil⁵².

Desde o começo das justificativas foi discutido o tema a partir da perspectiva de gênero, porém quando da intervenção da Câmara dos Deputados houve uma enorme disputa terminológica, que culminou com a supressão do termo “gênero”.

Essa mudança foi criticada por muitos movimentos porque seria excludente, em razão da letra da lei poder oferecer grave restrição sem abarcar os crimes cometidos contra mulheres transexuais⁵³.

O discurso jurídico sem dúvida é peça-chave nesse processo de heteronormalização e como prática discursiva de poder intervém na imposição de um padrão de sexualidade para os corpos (BORGES, BORTOLOZZI, 2017, p. 32).

Porém antes de entrar no mérito dessa disputa terminológica, importante esclarecer um pouco sobre o termo “feminicídio”. Esse desde sempre foi um conceito político, ou seja, discutido e com uma carga valorativa muito grande, em razão das problematizações feministas.

Os crimes que são cometidos tendo por motivação o gênero, como argumento de ódio, justificativa para extermínio, tortura e também total desconfiguração da *sujeita* são extremamente complexos.

A importância desses crimes mudou muito com o tempo. Por exemplo, quando se pensa a violência contra a mulher hoje, em tempos “progressivos” de luta

52 O projeto sofreu alterações não só na Câmara dos deputados, mas também no Senado Federal. Cita-se a alteração da Câmara porque teve grande influência da bancada religiosa e também porque relaciona-se com gênero, que foi tratado no presente trabalho.

53 Isso porque quando o texto muda a palavra *gênero* e escreve *condição do sexo*, abre-se margem para que se vislumbre sexo a partir de uma perspectiva biologistas, desse modo, só seriam mulheres as que tivessem essa característica genital.

contra essa grave violação, a mídia⁵⁴, a sociedade e as instituições consideram inconcebíveis algumas violências perpetradas contra *sujeitas* do gênero feminino. No entanto, essas violências persistem.

Questiona-se aqui qual o papel desenvolvido pelo Estado e pelo ordenamento jurídico, com relação a essas *condutas de ódio*, desde a tipificação de um dispositivo próprio⁵⁵ até a investigação e persecução penal.

Iniciando a análise terminológica, o feminicídio foi construído pelo movimento feminista, que observava um recorte de gênero nas violências e homicídios que aconteciam contra mulheres. Seu objetivo consistia em retirar o assassinato de mulheres de uma “vala comum” (que era o homicídio), ressaltando que as motivações entre esses crimes eram diferentes, o *modus operandi*, as justificativas, os julgamentos e as escusas para os crimes que muitas vezes eram vistos como vingança privada, como resultados de um repente de emoções, um crime muitas vezes “privado”, “doméstico” e, até muito recente, com pouco destaque.

Ainda sobre a construção terminológica, na década de 1970, o termo usado era “femicídio”, cunhado por Diana Russel, no ano de 1976, com o objetivo de retirar o homicídio de mulheres da neutralidade da categoria penal *homicídio*. Por sua vez, Jane Caputti entendia que o feminicídio era uma série de “terrorismos” realizados contra as mulheres, o que incluía inúmeras violências, por fim, Marcela Lagarde modificou a palavra, trazendo o termo “feminicídio” como a violência mais grave a ser perpetrada contra a mulher (CAMPOS, 2015).

No Dossiê Violência Contra as Mulheres, construído pela Agência Patrícia Galvão⁵⁶, há um conceito sobre feminicídio, de autoria de Eleonora Menicucci, a qual já ocupou o cargo de Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, explicando:

Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão,

54 São alguns exemplos as notícias e reportagens citadas a seguir: **Brasil tem mais de 600 casos de violência doméstica por dia em 2017.** <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/09/brasil-tem-mais-de-600-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-2017.ghtml>>. Acesso em 31/08/2018; **Violência doméstica contra a mulher: O silêncio que mata.** Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/08/07/violencia-domestica-contra-a-mulher-o-silencio-que-mata/>>. Acesso em 31/08/2018;

55 Incluso no Código Penal brasileiro a partir da Lei nº 13.104, do ano de 2015.

56 Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/o-dossie/>>. Acesso em 31/08/2018.

desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie.⁵⁷

Tenta, o movimento feminista, desde o começo, destacar esses crimes, demonstrando que não são simplesmente homicídios, são crimes especializados, que merecem destaque, estudos e pesquisas, análises diferenciadas. *Femicídio*, ou *feminicídio*, desenvolve-se por meio de discussões e luta feministas, que insistem em demonstrar que o homicídio de mulheres possui uma característica própria, intimamente relacionada à *condição de gênero*.

Sobre a previsão do feminicídio no ordenamento brasileiro, além de servir para consolidar o plano de políticas públicas que foi prometido pelo Governo brasileiro na efetivação da proteção à mulher⁵⁸, ainda o inciso V do artigo 121, do Código Penal, serviu para que se pudesse colocar em destaque os assassinatos com fundamento no gênero.

A curva ascendente de feminicídios (o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres), a permanência de altos padrões de violência contra mulheres e a tolerância estatal detectada tanto por pesquisas, estudos e relatórios nacionais e internacionais quanto pelos trabalhos desta CPMI estão a demonstrar a necessidade urgente de mudanças legais e culturais em nossa sociedade (Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, 2013, p. 07).

Ressalta-se que todo projeto de lei possui uma malha de indivíduos que são a ela contrários, e no presente projeto não foi diferente. A bancada religiosa da Câmara dos Deputados não aceitou que o termo “gênero” figurasse na letra da lei, por mais que outras legislações já contassem com isso (ao longo do corpo da lei Maria da Penha já existe essa referência a *gênero*), por ser contrária às ideias e às teorias defendidas por eles.

Foi num movimento limitador que alteraram o projeto, tentando retirar a

57 Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/ violencia/ violencias/ feminicidio/>>. Acesso em 31/08/2018.

58 Exemplo disso é a Convenção de Belém do Pará. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em 19/09/2018.

proteção das mulheres que não detinham biologicamente, desde o nascimento, a “condição do sexo feminino”, desconsiderando totalmente a autodeterminação e também toda a vasta teorização sobre gênero que data de muito antes de 2015.

Em um rápido contraponto, cabe ressaltar que o texto da Lei Maria da Penha foi pensado de forma muito mais coerente com as discussões históricas, já tratadas aqui, sobre o conceito de “mulher”, que preferivelmente não seria colocado no singular, como algo essencial, por meio de uma perspectiva biológica. Essa coerência não está presente no texto da qualificadora que institui o feminicídio, o que representa um retrocesso terminológico⁵⁹ ao tratar da “condição do sexo feminino” em vez de “gênero feminino” (COSTA, MACHADO, 2017).

No ano de 2006, foi inserido no texto da Lei Maria da Penha a proteção às mulheres, nove anos após esse texto de lei difícil seria aceitar outra legislação limitadora, e é também por isso que as discussões e polêmicas existiram.

Fazendo uma analogia da aplicação da qualificadora do feminicídio com a aplicação da Lei nº 11.340/2006, no que diz respeito a questão de proteção transexual, adiante será tratado um exemplo de um processo criminal que tem como objetivo determinar, ao caso em questão, se haveria proteção à pessoa trans pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Analisa-se aqui o significativo caso de Raquel Almeida Duarte, que foi discutida no acórdão nº 1089057, exarado nos autos nº 0006926-72.2017.8.07.0020, de Relatoria do Desembargador George Lopes, julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em abril de 2018. Na ação mencionada discutia-se, em sede de Recurso em Sentido Estrito, qual Juízo seria competente para julgar caso de violência doméstica contra mulher transexual que não havia feito alteração do nome social, no Registro Civil.

Esse foi um dos argumentos principais usados pelo Juízo de primeiro grau, também fundamentou-se toda a decisão com base na segurança jurídica, o gênero só poderia ser o biológico, ou então aquele que já havia sido retificado no Registro

59 “Entendemos que houve, com a aprovação da Lei do Feminicídio, uma regressão discursiva, consubstanciada em uma tentativa de afirmar que a violência praticada contra as mulheres estaria ligada intrinsecamente aos cromossomos e à anatomia genital tradicionalmente entendida como feminina, reforçando uma ideia universal, binária e globalizante das identidades e papéis sociais.” (COSTA, MACHADO, 2017, p. 03).

Civil, não importando-se a autodeterminação do sujeito.

O Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Águas Claras declinou competência ao que tangia o julgamento de caso de agressão física perpetrada pelo companheiro contra mulher transexual, cuja alteração do nome social não havia sido realizada, mas que identifica-se como do gênero feminino e também era identificada pelo agressor como. Mesmo tendo o magistrado de primeiro grau declinado competência de julgar as agressões físicas, em sede de ação penal, concedeu medidas protetivas de urgência à ofendida, pois vislumbrou a necessidade.

Face a esta decisão foi interposto Recurso em Sentido Estrito pelo Ministério Público, em favor da Ofendida. Em segundo grau o Desembargador Relator George Lopes, em seu voto, ressaltou que a Identidade de gênero não fica condicionada aos elementos biológicos, nem a alterações cirúrgicas ou de registro civil. Em realidade, conforme o Ilustre Desembargador apontou, a Lei Maria da Penha utiliza-se do termo *gênero* e isso não implica em uma analogia *in malam partem*.

Nessa casuística nota-se um conflito entre a iniciativa legislativa e as interpretações judiciais. A lei traz o termo *gênero*, mas a decisão de primeiro grau faz uma restrição, de algum modo reproduzindo uma invisibilização que é próprio ao corpo trans desde o começo e desconsiderando a terminologia, e a decisão colegiada uma “reparação de danos” causados por essa primeira interpretação judicial. Essa situação é que gera insegurança jurídica.

A partir do exemplo citado é importante notar essa batalha interpretativa que, muitas vezes, existe no ordenamento jurídico, com o objetivo de abarcar ou não identidades. Entretanto, o Direito também serve como um veículo para a constituição e reprodução de modelos identitários que reproduzem a heteronormatividade e o binarismo, sendo imprescindível isso para a proliferação e manutenção da margem que alberga corpos abjetos.

O Direito tem um âmbito perverso quando exerce a principal função da proteção dos bens jurídicos, como ocorre no Direito Penal, serve como veículo de sublimação de identidades, deixando à margem pessoas já vulnerabilizadas socialmente que nem em *ultima ratio* podem ser protegidas.

Mais do que uma discussão terminológica, é importante que seja feita uma necessária relação entre Identidade, com o recorte de gênero adotado, e o sistema jurídico. Isso porque, nesse momento, busca discutir-se sobre a relação entre modelos identitários, reprodução, manutenção e exclusão que ocorrem no sistema jurídico.

Importante se fazer recordar a perspectiva de um dos marcos teóricos do presente trabalho, Butler, sobre a diferença entre sexo e gênero, dessa desconstrução entre os dois termos, que acaba por torná-los fluidos. A partir de uma tentativa de abarcar hermeneuticamente transexuais no texto da lei do feminicídio, partindo dessa desconstrução dos dois termos, é possível notar que

ao se borrarem as fronteiras entre os dois termos, surge a possibilidade de que mulheres trans possam estar inseridas no conceito filológico ou literal do próprio termo “sexo feminino”, presente na redação da Lei 13.104. (COSTA, MACHADO, 2017, p. 07).

As autoras, citadas acima, ainda indicam outras formas que mulheres trans poderiam ser abarcadas no referido diploma legal, elas têm como objetivo fazer uma *reparação de danos*, já que o texto legal foi modificado para sublimar uma Identidade da proteção legal então como um trabalho interpretativo poderia agir para abarcar esse modelo identitário.

Inclusive o Relatório discute a questão das representações femininas que são menosprezadas pelo Estado, pela sociedade e pelos Poderes, por apresentarem comportamentos “desviantes” e não aceitos pela camada conservadora da sociedade.

Essas sujeitas desviantes que possuem suas mortes diminuídas ou omitidas, até mesmo pelo Estado, são relacionáveis aos *corpos abjetos* de Butler, aquelas pessoas que ficam à margem⁶⁰, tendo sua inteira existência minimizada, condensada, sintetizada, representada em apenas mais uma morte, quantificada em

⁶⁰ “A omissão na aplicação de mecanismos de enfrentamento à violência doméstica por interpretações preconceituosas e perversas, bem como o privilégio concedido aos agressores para que prossigam impunemente com seus atos violentos contra determinadas mulheres, consideradas “desviantes” por não se enquadrarem no padrão “tradicional” de comportamento sexual, diminuem a importância do Poder Judiciário e traduzem tolerância e incentivo à violência doméstica contra a mulher e à perpetuação da discriminação de gênero.” (Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, 2013, p. 08).

alguma estatística.

Entende-se que as violências praticadas contra as mulheres estão em desacordo com o Estado Democrático de Direito (Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, 2013).

O Projeto da CPMI utiliza-se o do termo *gênero*, isso pode ter sido devido aos diplomas internacionais, que reproduzem esse termo.

Desde o início das justificativas da CPMI as organizadoras já trouxeram a relação entre feminicídio e violência doméstica, isso porque cerca de metade⁶¹ desses crimes são cometidos por pessoas que convivem em âmbito doméstico, sendo abarcados pela Lei Maria da Penha inclusive.

A partir desse momento faz-se necessário discutir sobre a relação entre Identidade e feminicídio. Por isso, o último capítulo do presente trabalho tem como objetivo demonstrar a relação entre as teorias da Identidade, em um primeiro momento. Após, traz-se um exemplo prático dessa reprodução e abjeção às identidades que o sistema jurídico realiza, utilizando a qualificadora do feminicídio inserida no ordenamento jurídico em 2015.

Ademais, esse início do quarto capítulo concentrou-se a partir da Lei nº 13.04/2015, que inclui a qualificadora⁶² ao crime de homicídio. Foi escolhido discutir-se sobre o feminicídio porque acomoda-se muito bem ao recorte de gênero que foi desenrolado desde o início do trabalho.

Importante ressaltar que o processo de construção do referido dispositivo não foi pacífico e nem “indolor” aos movimentos sociais, que exerceram papel

61 Dados apresentados pela Agência Patrícia Galvão, “O Mapa da Violência 2015 (Cebela/Flacso) mostra ainda o peso da violência doméstica e familiar nas altas taxas de mortes violentas de mulheres. Dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. O estudo aponta ainda que a residência da vítima como local do assassinato aparece em 27,1% dos casos, o que indica que a casa é um local de alto risco de homicídio para as mulheres.”. Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>>. Acesso em 09/09/2018.

62 “**Feminicídio** (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015).” (BRASIL, 2015).

fundamental de crítica à redação escolhida pela bancada religiosa da Câmara dos Deputados, a qual substituiu “gênero feminino” por “condição do sexo feminino”.

É sobre os embates, as críticas e um possível resultado dessa restrição gramatical, com consequências identitárias, que busca-se tratar, tentando marcar a importância do debate sobre Identidade, com recorte de gênero, na perspectiva atual do Direito. Também demonstrando como os movimentos apoiaram-se na hermenêutica para tentar minimizar os danos dessa grande injustiça terminológica cometida.

Mas ainda é necessário discutir um pouco mais sobre Identidade e gênero, porque nesse momento é absolutamente necessária trazer a perspectiva de que a Identidade englobada pelo feminicídio é um termo que localiza-se no centro de um campo de batalha conceitual, complexo e onde estão em conflito inúmeros movimentos que tentam utilizar-se dessa categoria para objetivos distintos. Inobstante, o próximo capítulo tratará mais a fundo sobre essa questão conflituosa.

4.1 FEMINICÍDIO: USO ESTRATÉGICO DA IDENTIDADE

Os movimentos feministas da segunda onda feminista, localizados mais propriamente nos EUA entre as décadas de 1960 e 1980, aproximadamente, tendo como destaque o movimento que ficou denominado Women’s Liberation Movement⁶³, precisam uma vez mais ocupar espaço no presente trabalho, isso porque foram deveras importantes ao cunhar a expressão “o pessoal é político”⁶⁴.

Foi nessa época, entre 1960 e 1980, que as participantes⁶⁵ desse movimento em específico, começaram a defender que as coisas as quais elas criticavam e repudiavam, nas reuniões nas quais estavam presentes, questões que

63 Para mais informações sobre esse movimento, existe um documentário chamado “She is beautiful when she is angry”, de direção de Mari Dore, produzido no ano de 2014, que trata sobre o movimento.

64 Expressão trazida por escritos feitos por Carol Hanish.

65 O Women’s Liberation Movement tinha como característica as reuniões de mulheres, que aconteciam com frequência, em que elas discutiam sobre questões da vida cotidiana de cada uma delas, trabalho, maternidade, sexualidade. Esse movimento foi importante porque a partir desses encontros elas notaram que, mesmo às vezes sendo muito diferentes, elas sofriam com questões muito parecidas, que pareciam repetir-se, levando elas a crer que não era apenas uma questão pessoal, mas uma questão coletiva (SARDENBERG, 2018).

poderiam em um primeiro momento serem notadas como *questões domésticas*, na verdade escondiam uma importante característica.

Os fatos que elas reclamavam na verdade se repetiam nas casas de cada uma das participantes, levando-as a crer que a questão era muito maior do que em um primeiro momento tinham imaginado, desse modo, o “processo de socialização das experiências permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas” (SARDENBERG, 2018, p. 16).

Se em um histórico muito longo a questão feminina e as relações entre homem e mulher sempre ficaram limitadas à porta da casa de cada família, isso é, restritas, de modo assombroso, dentro da vida privada⁶⁶, os movimentos feministas vieram criticar essa concepção, tentando retirar do âmbito doméstico, que possui o atributo de acobertar, graves violações que são perpetradas contra as mulheres. Dentre essas graves violações podemos citar, inclusive, os feminicídios.

O espaço privado, e a manutenção das mulheres e as questões relacionadas a ela nesse espaço, foi um cenário construído ao longo de muito tempo, mantidos pelo sistema.

Na qualificadora do feminicídio, a concepção de mulher que preenche a ideia estereotipada da *condição do sexo feminino* é distinta das concepções discutidas pelos movimentos feministas ao longo da história. Essa sujeita que o feminicídio propõe já é uma sujeita estereotipada.

Quando foi construída a letra da lei e também quando o Judiciário aplica a qualificadora, na verdade, aplica pensado para um tipo determinado de mulher.

E, dessa vez, não há necessidade nem de irmos longe e tratarmos da causa trans, a questão é ainda mais superficial. Isso porque as próprias mulheres são estereotipadas dentro de seu gênero, como se apenas mulheres que passassem por um filtro moral e valorativo pudessem receber o “benefício” de que suas condutas sejam observados por meio da qualificadora. Além disso,

Embora um fato pontual possa ser alegado como o estopim, a violência

66 Sobre isso importante ressaltar o próprio Direito Romano, que sempre trouxe a questão do *pater familias* que detinha até mesmo poder de vida ou morte sobre os que compunham seu núcleo familiar, inclusive sobre a vida de sua esposa.

parece estar entranhada na própria desigualdade entre homens e mulheres que caracteriza as histórias captadas pela pesquisa. Entretanto, o pano de fundo da desigualdade de gênero raramente é considerado pelo sistema de justiça, que privilegia uma visão descontextualizada do ato de violência. As formas mesmas de incriminação e penalização adotadas pelo sistema de justiça obscurecem o histórico e o substrato do conflito que redundou no crime, refletindo-se na condução dos processos, que seguem a mesma lógica. O centralismo da discussão em torno da motivação do autor – cara à própria estrutura do direito penal – mitiga a carga simbólica do ato praticado e distância o direito do papel de enfrentamento estrutural da violência contra a mulher. (Cejus/FGV, 2014, p. 45).

Esse excerto explica que a mulher perde o protagonismo, na esfera criminal, quando discute-se as motivações do crime, do autor. E dependendo do estereótipo de mulher adotado modifica-se a forma como se enxerga e julga o próprio algoz.

Além disso, o Judiciário tem uma prévia desconfiança da mulher, também se questionando se ela foi responsável pelo mal injusto que a acometeu, ou seja, se ela teve responsabilidade dentre as motivações do autor.

A pesquisa realizada pelo Centro de Estudos sobre o Judiciário (adiante apenas Cejus/FGV) deixa clara essa construção de personagens, do Ofensor e da Ofendida, na ação penal de feminicídio. Uma afirmação muito importante da citada pesquisa é que essas categorias⁶⁷ dos sujeitos da ação (mulher submissa, mulher transgressora, homem bom e trabalhador, homem monstro) são relacionais, uma influencia a outra na persecução penal.

A pesquisa em questão (Cejus/FGV, 2014) também é objetiva em relatar que a categoria em que são colocados os atores, vítima e agressor, faz com que as/os magistradas/os conduzam a ação penal de formas distintas⁶⁸. Fazem perguntas pessoais sobre as atitudes da vítima ou então sobre seu decoro, perguntas baseadas apenas em construções morais - muitas vezes pessoais dos julgadores, pois cada pessoa teria uma ideia do que seria uma mulher digna, por exemplo

67 “Em uma das extremidades da régua tem-se as mulheres de família, de reputação ilibada, boas mães, esposas dedicadas, filhas exemplares, estudiosas, trabalhadoras e, portanto, credoras da tutela cuidadosa do Judiciário. No outro extremo, estão as mulheres que de alguma forma transgridem um padrão de feminilidade associado à subserviência, que não correspondem às expectativas que nelas são depositadas e que, conseqüentemente, provocaram em alguma medida a violência praticada. Essa visão estereotipada, ainda que nem sempre perfeitamente esculpida, é reforçada pela lógica adversarial do tribunal do júri e tem efeitos no desfecho processual.” (Cejus/FGV, 2014, p. 46).

68 “A construção desses perfis tem impactos sobre o andamento processual e seu desfecho.” (Cejus/FGV, 2014, p. 46).

(Cejus/FGV, 2014).

Os modelos identitários, que precisam ser vistos a partir do recorte de gênero, fazem com que a violência contra a mulher, em sua forma mais fatal, não só seja amenizada, justificada, mas também faz com que a mulher (mesmo que já sem vida), sofra nova violência: a violência institucional⁶⁹.

Ainda sobre essa violência institucional, ela não se dá apenas na fase processual em que magistradas/os podem categorizar a mulher, mas também na fase de inquérito, desde a primeira fase de investigação, antes mesmo do oferecimento da Denúncia. Influenciando no modo como as investigações serão conduzidas e realizadas.

Ademais, ainda falando sobre esses estágios iniciais em que já ocorre essa violência institucional, pode ser usado um caso muito emblemático. O caso na verdade provém de um artigo escrito por Rita Segato, chamado de Territórios, Soberania e Crimes de Segundo Estado, publicado no ano de 2005, que narra vários casos assustadores de feminicídios ocorridos em Ciudad Juárez, México.

Desde o começo do artigo Rita Segato indica que esses crimes possuem características próprias da região estudada e que, por um motivo que é tratado ao final, distinguem-se de crimes cometidos em outras regiões, em outros locais e outros tempos. Mesmo com tantas diferenças, que em um primeiro momento não seriam importantes para o presente trabalho, é interessante entender a lógica estatal, policial e social ao tratarem desses crimes.

Ciudad de Juárez também é conhecida como “a cidade que odeia mulheres”. Em um recorte temporal de 11 anos, foram aproximadamente 300 feminicídios, todos os crimes caracterizam-se pelo alto teor de tortura e crueldade⁷⁰.

Em várias oportunidades ela pôde expor graves omissões do Estado mexicano ao investigar, julgar e condenar acusados em crimes muito complexos e com uso de tortura e desfiguração, em que eram vítimas mulheres de semelhante faixa etária e aparência.

69 “Ao mesmo tempo, a mulher é estampada como alguém que provocou o agressor e, dessa maneira, frustrou a expectativa social de docilidade.” (Cejus/FGV, 2014, p. 49).

70 “as mortes de mulheres de tipo físico semelhante que, sendo desproporcionalmente numerosas e contínuas ao longo de agora 11 anos, perpetradas com excesso de crueldade, com evidência de estupro coletivos e torturas, apresentavam-se como ininteligíveis”. (SEGATO, 2005, p. 266).

Além de não ter havido a devida investigação e persecução penal, também havia grande desinformação sobre os casos, o que gerou um grande ciclo e impunidades e desinformações. Inobstante, chamou a atenção de vários jornalistas e criminólogos, que assim como Rita Segato, escreveram artigos sobre os casos.

Por óbvio que os crimes ocorridos na fronteira norte do México, bem como a autora Rita Segato demonstra, possuem suas especificidades e explicações obscuras (como por exemplo a questão econômica neoliberal da região). Entretanto ainda podemos fazer um paralelo com o que foi tratado no presente trabalho, porque a violência contra a mulher também lá no México é simbólica, e a Identidade do gênero feminino como é pensada acaba viabilizando os casos de violência e morte de mulheres.

Essa Identidade a ser submetida, a ser oprimida e conquistada, controlada⁷¹, uma vida a ser ceifada, também ocorre no Brasil, cultural, social e juridicamente (quando constrói-se uma qualificadora que ou insere a mulher na relação doméstica em que ela é vista como submetida ao poderio masculino ou então na condição do sexo feminino e justifica-se sua morte por isso). E acaba viabilizando e sendo simbólico provocar um crime contra uma mulher, ou várias, em que desconfigura-se o sujeito mulher, pela quantidade de agressões e crueldade, deixando a *sujeita* praticamente não identificável.

Desse modo, a Identidade *mulher* pode ser muito relacionada à figura de vítima, e isso viabiliza violências. A Identidade pode ser usada de forma estratégica para viabilizar a manutenção e a reprodução da violência doméstica a essa sujeita vulnerabilizada, descrita na qualificadora penal brasileira.

Contudo, como a Identidade encontra-se aqui como em um campo de batalha, por serem vários os movimentos que recorrem à figura feminina, ou para manter e viabilizar uma violência ou para realçar o modelo identitário com o objetivo de tirar da obscuridade os crimes cometidos contra mulheres.

Não é só um movimento ou outro, não é só viabilização de violência ou

71 “Além disso, quando a lei qualifica o homicídio praticado contra a mulher ‘por razões da condição do sexo feminino’, intensifica a submissão dos corpos a uma ordem binária de gênero masculino/feminino, produto de um contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas”. (BORGES, BORTOLOZZI, 2017, p. 41).

destaque da Identidade, trata-se de movimentos sobrepostos, concomitantes, presentes nessa batalha identitária.

Voltando a Butler, conseguimos ver a importância de nos referirmos, neste momento em que destacamos essa batalha identitária, a noção de performatividade. A reiteração com deslocamentos dos papéis a serem desenvolvidos que auxiliam na manutenção dessas violências e na manutenção da Identidade *mulher*.

É um campo de lutas entre os que querem manter a Identidade nessa esfera de vulnerabilidade, se aproveitando dessa inferioridade e dos movimentos que querer retirar os crimes cometidos da obscuridade, jogando luzes sobre delitos perpetrados contra as mulheres.

Aqui encontra-se o ponto central de toda a discussão. A Identidade como em um campo de batalha, terminológico, gramatical, social, cultural. Movimentos concomitantes mas muito distintos lutam pela possibilidade de determinar essa Identidade.

Um desses movimentos, o movimento feminista, desde a década de 1990, tem se aproveitado do sistema penal punitivo para dar mais destaque às questões referentes à violência contra a mulher (BORGES, BORTLOZZI, 2017). Dentro dessa perspectiva, o movimento feminista aproveita-se da política-criminal, buscando penas mais rígidas aos Ofensores, e também no campo simbólico-discursivo, entendendo que uma maior especificidade da violência de gênero traria maior visibilidade à violência contra a mulher (BORGES, BORTLOZZI, 2017).

O tema é muito recente e ainda levanta muitas questões importantes e que geram dúvidas. Um modo de observar e ler esse campo de batalhas é por meio de Judith Butler, que traz ideias que fogem de uma perspectiva comum e que podem ajudar a entender essas Identidades de um modo menos preconceituoso e mais acolhedor. De todo modo, há necessidade, talvez, de uma resignificação dessa Identidade (contudo sempre percebendo que trata-se de um campo de batalhas), que será objeto de questionamentos no próximo subtítulo.

4.2 FEMINICÍDIO: RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA

Sobre a ressignificação identitária, em um primeiro momento cumpre-se reafirmar que partiremos da perspectiva de Butler, e também haverá uma tentativa de destacar os momentos em que o próprio sistema repete normas que organizam os modelos identitários, mais especificamente com relação aos crimes e feminicídio.

A qualificadora não só alberga casos de crimes cometidos em razão da condição do sexo feminino, nem somente em relação à esfera doméstica, ele vai além determinando uma certa Identidade a ser protegida e mantendo e viabilizando a violência contra a mulher.

Sem menosprezar as conquistas do movimento feminista no combate à violência contra a mulher, entende-se que o direito criminal não se encontra apto a criar mecanismos eficazes para a diminuição da violência de gênero em sentido amplo, pois como qualquer discurso jurídico limita a sua proteção a certas identidades. (BORGES, BORTOLOZZI, 2017, p. 39).

Por isso tratou-se sobre a Identidade em meio a esse campo de batalhas em que estão presentes movimentos que se utilizam da Identidade *mulher*⁷² de distintas maneiras.

Se formos fazer um recorte e analisar os momentos em que a Identidade mulher é importante nas discussões políticas-criminais sobre feminicídio percebemos que na América Latina esse movimento é um pouco mais antigo do que no Brasil.

São 16 os países da América Latina que adotaram lei específica, ou então alteraram o código penal para abarcar o delito⁷³ feminicida.

Além da disposição legislativa, também é complexo quando o Ministério Público enquadra um crime na qualificadora feminicídio e é decidido, pela competência do Tribunal do Júri, no momento da votação dos quesitos, que o caso

72 “compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrados por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística.” (BUTLER, 2003, pg 208). A Identidade mulher como uma prática, uma prática de atos, uma *performatividade*. Essa noção batalha com a noção da Identidade una e indivisível, da mulher vulnerabilizada que pode ser protegida pelas instituições.

73 Legislações sobre feminicídio na América Latina. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/legislacoes/>>. Acesso em 07/10/2018.

em questão alberga a qualificadora de feminicídio. Nesse momento está-se decidindo muito mais, está-se decidindo que aquela mulher preenche todos os requisitos eleitos pelo legislador, que aquela mulher foi morta (ou houve tentativa) pela sua condição de sexo feminino ou pela relação de violência doméstica em que vivia.

Perceba-se a grandiosidade desse enunciado, quando vários participantes da Justiça agem como se entendessem de pronto o que é a “condição do sexo feminino” e que isso relaciona-se com o caso concreto.

Assim, esse enquadramento e todo o procedimento que a vítima é submetida desde que entra no sistema não se trata de uma realidade natural ou própria, mas de uma ocorrência empírica porque não é automático, é um processo que envolve uma série de indagações complexas, “a vítima sofreu violência fatal?”, “a vítima estava na condição de sexo feminino?”, “a vítima estava em relação doméstica com seu algoz?”. Assim, observa-se o peso que existe na qualificadora feminicídio.

Quando Rita Segato diz “corpo de mulher, perigo de morte” (SEGATO, 2015) coloca uma carga valorativa pesada demais sobre o corpo da mulher. Sua própria existência é vista como um risco, como um negativo, um perigo, sobre esse corpo (na verdade sobre os corpos, pois não se trata de uma visão individual, mas coletiva) que recaem estereótipos já prontos, e repete-se o que já foi questionado: havia violência doméstica? Foi morta em casa? Foi morta pelo próprio companheiro? Qual foi a conduta da vítima que pode ter influenciado essa violência? Foi por ciúmes? Mas ela era uma boa mãe? Ela tentou se defender? Como era a personalidade da vítima?

Quando Butler fala em performatividade e afirma que “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero” (BUTLER, 2003, pg 199), podemos notar o peso desse desempenho correto do gênero quando na persecução penal do crime de feminicídio.

Tanto na manutenção e viabilização desse delito quanto na forma como há de ser processado e julgado o réu a partir de uma perspectiva relacional entre a

conduta dele e a conduta da vítima.

O sujeito ou, nesse caso, a *sujeita*, “não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras” (BUTLER, 2003, pg 209). Isso relaciona-se com a iterabilidade e citacionalidade, a primeira trata do outro no mesmo e a segunda da repetição, a repetição não reproduz um mesmo idêntico porque existe deslocamento nesse processo.

Inobstante quando fala-se em performatividade⁷⁴ estamos pensando em reiteração de condutas, ou seja, que os papéis de gênero não são fixos, mas condutas reiteradas, e podemos fazer um paralelo dessa ideia com o modelo identitário trazido pelo feminicídio.

É uma reiteração de condutas, de atos esperados da condição de sexo feminino que ganha importância na criminalização. Isso faz com que a violência seja viabilizada e também mantida, e que haja novamente uma possibilidade de se observar a Identidade da mulher como campo de batalha, voltando à necessidade de que haja uma ressignificação dessa Identidade.

Nessa perspectiva, vários autores, dentre eles Clara Maria Roman Borges e Flávio Bortolozzi Jr., propõem uma mudança no Direito, um *direito novo*, pós-identitário, não subjugado às regras heteronormativas, que se comprometam a dar visibilidade às identidades abjetas, assim, o “direito novo deve dar voz aos corpos que não assumem identidades, que sofrem a violência ética dos julgamentos sociais, que na sua vulnerabilidade escapam do assujeitamento de gênero” (BORGES, BORTOLOZZI, 2017, p. 43-44).

74 “O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo, e, assim, constitui a ‘integridade’ do sujeito.” (BUTLER, 2003, p. 194-195).

5 CONCLUSÃO

Os gêneros e as identidades, como foi demonstrado no presente trabalho, partindo de uma análise conforme o pensamento de Butler, podem ser observados como um processo de repetição e reiteração de atos e condutas, chamado de *performatividade*. A *performatividade* é importante também para demonstrar que a Identidade não é pré-fixada, natural ou biológica, não é um resultado, mas um processo⁷⁵.

A partir do momento em que é colocada em cena a constante *desconstrução* pela qual a Identidade e o gênero estão sujeitos percebe-se a complexidade de se tratar conceitos que modificam-se a cada momento. Além disso, quando parte-se desse marco teórico, nem a mais simples constatação passa sem que uma indagação seja feita, sem que inúmeras perguntas e dúvidas sejam levantadas.

Não fosse suficiente a complexidade do tema Identidade e Identidade de gênero ainda buscou-se tratar de Direito Penal, uma matéria muito complicada e cheia de nuances. Juntar todos esses temas e ainda observá-los a partir de uma autora contra-paradigmática parece tarefa ainda mais árdua. As chances de não tratar do tema da forma como ele precisa, de não trazer amplitude o suficiente, ou então de perder-se ao longo das explicações e dos conceitos foram muito grandes.

Inobstante todas essas situações, sinteticamente o que se buscou demonstrar é que existe um histórico muito desenvolvido sobre a Identidade, que antes era percebida como una e indivisível, mas que perde essas características (vale ressaltar a importância de Hall quando explica sobre o deslocamento e a fragmentariedade (HALL, 2006)).

A partir do deslocamento ganham espaço os movimentos feministas que foram uma das mudanças da teoria social que modificaram o modo a partir do qual era vista a Identidade (HALL, 2006). Doravante tratou-se do tema Identidade por meio dos pensamentos feministas, a partir do gênero.

⁷⁵ “De fato, quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade.” (BUTLER, 2003, p. 209).

Também o recorte de gênero, sendo orientado pelas teorizações de Butler, em que se discute a heteronormatividade e o sistema binário masculino/feminino, percebeu-se que os termos *Identidade*, *Identidade de gênero*, *mulher*, *modelos identitários*, estão mantidos em um campo de batalhas permeado por movimentos concomitantes com objetivos distintos.

Como desmascaradora desse campo de batalhas foi elegida a qualificadora do feminicídio, formada por um texto que em primeiro momento pode ser tão simples, porém se for analisada criticamente percebe-se que esconde (e convive em) um conflito generalizado, marcado por batalhas terminológicas. De um lado pode ser observada como muito progressista por atender aos apelos feministas e jogar luzes a crimes que antes ficavam embuçados, por outro lado, pode ser muito conservadora e apenas manter e viabilizar novas violências sobre o corpo da mulher.

No fim, o importante é perceber, de forma crítica, que não apenas um movimento existe, nem apenas o outro, mas os dois e tantos outros, concomitantes, utilizando-se dos mesmos instrumentos, em uma batalha transparente, sutil, silenciosa, entretanto vigorosa e que perdura.

Como forma de desviar das conclusões comuns sobre o tema, foram emprestadas as lentes de Judith Butler, buscando observar esses movimentos de uma maneira nova e diferente das mais comuns. Como as comuns não são suficientes, talvez haja pelo menos uma nova forma de interpretar a realidade, e talvez a forma de Butler, por meio da negação, e não da síntese, seja uma alternativa interessante.

Por meio dessas novas lentes, ao ler o Direito Penal, possivelmente existirão formas mais críticas de análise do feminicídio e dos crimes perpetrados contra mulheres, por essas lentes o binarismo e a heteronormatividade também poderão ser avaliados dentro da política-criminal e do Direito. Mais do que avaliados, se há uma verídica preocupação com as mulheres, então é indispensável que se altere o modo como enxerga-se a qualificadora do feminicídio, na tentativa de realmente respeitar as mulheres às quais podem ser abarcadas e suas identidades⁷⁶,

76 Essa auto-identificação, que foi insistida no STF, em voto que permitiu com que a pessoa *trans* pudesse alterar seu nome social direto em Cartório e também na decisão do Recurso em Sentido

realmente visibilizando e não viabilizando violências tão cruéis e letais.

Estrito do caso de Raquel, que foi trazida acima, é um meio de se respeitar a cada Identidade, cada modo de ser, sem perpetuar injustiças e preconceitos.

REFERÊNCIAS

A base política das relações de violência de gênero entrevista com a antropóloga Rita Segato. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570524-a-base-politica-das-relacoes-de-violencia-de-genero-entrevista-com-a-antropologa-rita-segato>>. Acesso em 30/08/2018.

A morte do homem: um debate sobre a noção de identidade fluída na modernidade líquida. Disponível em: <<http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehute/article/viewFile/22/21>>. Acesso em 25/07/2018.

A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_feminicidiointimo2015.pdf>. Acesso em 04/10/2018.

Agressão de companheiro a transexual feminino - competência do Juizado de Violência Doméstica. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/decisoes-em-evidencia/7-5-2018-2013-agressao-de-companheiro-a-transexual-feminino-2013-competencia-do-juizado-de-violencia-domestica>>. Acesso em 13/09/2018

Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. Disponível em: <[LGBThttps://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785](https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785)>. Acesso em 14/06/2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

Brasil tem mais de 600 casos de violência doméstica por dia em 2017. <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/09/brasil-tem-mais-de-600-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-2017.ghtml>>. Acesso em 31/08/2018

BORGES, Clara Maria Roman; BORTOLOZZI, Flávio Jr. **Uma crítica foucaltiana à criminalização do feminicídio: reflexões sobre um direito pós-identitário para a diminuição da violência de gênero.** In: FONSECA, Angela Couto Machado (Org.), GALANTIN, Daniel Verginelli (Org.), RIBAS, Thiago Fortes. Políticas não identitárias. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 27-47

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução Roberto Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2003

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014

(Des)construção da identidade de gênero: inserção crítica ao sujeito do feminismo e o reconhecimento do trabalho da mulher. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49416>>. Acesso em 19/05/2018

DIAZ, Elvira. **Desconstrução e subversão: Judith Butler**. Disponível em: <<http://seer.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/5543/5507>>. Acesso em 11/08/2018.

FITZPATRICK, Peter; GOLDER, Ben. **Foucault's Law**. Oxon: Routledge, 2009.

FONSECA, Angela Couto Machado. **Biopolítica e direito: fabricação e ordenação do corpo moderno**. Belo Horizonte: Arraes Fontes, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 11 ed. - Rio de Janeiro DP&A. 2006

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade**. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. pgs 103 a 133

KAUFMANN, Jean-Claude. **A invenção de si: uma teoria da identidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 306p. (Epistemologia e sociedade, 233).

Lei do feminicídio e mulheres trans: diálogos entre a instabilidade da categoria "mulher" e o discurso jurídico. Disponível em: <http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499460981_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-MariliaFerruzzi;IsadoraVier.pdf>. Acesso em 09/09/2018

Lei nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 12/07/2018.

Linguagem inclusiv@: o que é e para que serve?!, Disponível em: <<https://petdirunb.wordpress.com/2012/06/29/linguagem-inclusiva-pra-que-serve/>>.

Acesso em 30/07/2018.

MOCELLIM, Alan. **A questão da identidade em Giddens e Bauman**. Em Tese, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 1-31, ago. 2008. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2008v5n1p1>>. Acesso em: 18 maio 2018.

Mudança de nome e gênero no registro civil de transexuais não depende de cirurgia, decide STF. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mudanca-de-nome-e-genero-no-registro-civil-de-transexuais-nao-depender-de-cirurgia-decide-stf>>. Acesso em 24/05/2018

Mulheres trans poderão ter proteção da Lei Maria da Penha. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/03/mulheres-trans-poderao-ter-protecao-da-lei-maria-da-penha>>. Acesso em 12/07/2018

Número de assassinatos de pessoas trans no Brasil é o maior em dez anos. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-assassinatos-de-pessoas-trans-no-brasil-e-o-maior-em-dez-anos,70002167595>>. Acesso em 14/06/2018.

O Direito achado na Rua, v. 05. Introdução Crítica do Direito das Mulheres. Disponível em: <<http://www.outrafrequencia.org/2015/02/livro-o-direito-achado-na-rua-vol-05.html>>. Acesso em 30/07/2018

O Dossiê. Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/o-dossie/>>. Acesso em 31/08/2018.

O pensamento hétero. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig.%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_.pdf>. Acesso em 04/07/2018

Pensando a posituação da feminilidade: Luce Irigaray e a psicanálise. Disponível em: <<https://psibr.com.br/colunas/sexualidade-e-genero/daniela-smid/pensando-a-positivacao-da-feminilidade-luce-irigaray-e-a-psicanalise>>. Acesso em 13/07/2018

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. **Como os corpos se tornam**

matéria: entrevista com Judith Butler. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13/06/2018.

RENAUT, Alain. **O Indivíduo: Reflexão acerca da filosofia do sujeito.** Tradução Elena Gaidano. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

Receber cuidados médicos é desafio para transexuais. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/receber-cuidados-medicos-e-desafio-para-transexuais>>. Acesso em 11/07/2018.

Resolução 001/1999. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em 11/07/2018.

Resolução nº 13, de 6 de março de 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=12/03/2015>>. Acesso em 12/07/2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**/Sara Salih; tradução e notas Guacira Lopes Louro. - 1 ed.; 4 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SCOTT. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em 19/05/2018

SIERRA, Jamil Cabral. **Que quer o queer? Sobre o contexto de emergência e suas contribuições aos deslocamentos pós-identitários.** In: FONSECA, Angela Couto Machado (Org.), GALANTIN, Daniel Verginelli (Org.), RIBAS, Thiago Fortes. Políticas não identitárias. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 137-160

SILVA, Daniel do Nascimento e. A questão da identidade em perspectiva pragmática.**Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte , v. 8, n. 1, p. 13-33, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

STF autoriza mudança de sexo no registro civil sem cirurgia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/stf-autoriza-mudar-o-sexo-no-registro-civil-sem-autorizacao-judicial.shtml>. Acesso em 24/05/2018

STF permite a trans mudarem nome e gênero direto no cartório. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/02/STF-permite-a-trans-mudarem-nome-e-g%C3%Aanero-direto-no-cart%C3%B3rio>. Acesso em 24/05/2018

STF: transexual e o direito à identidade de gênero. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI231724,21048-STF+Transexual+e+direito+a+identidade+de+genero>. Acesso em 01/07/2018

Taxa de homicídios de transexuais e travestis é a maior em dez anos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/taxa-de-homicidios-de-transexuais-e-travestis-e-a-maior-em-dez-anos>. Acesso em 14/06/2018.

Território, soberania e crimes de segundo estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9644>. Acesso em 12/09/2018.

The personal is political. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>. Acesso em 04/10/2018.

TMM annual report 2016. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>. Acesso em 24/05/2018

Transexuais e travestis poderão votar com nome social. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/transexuais-e-travestis-poderao-votar-com-nome-social.shtml>. Acesso em 24/05/2018

Transexuais no Brasil: uma luta por identidade. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>. Acesso em 11/07/2018

Transexuais são excluídos do mercado de trabalho. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>. Acesso em 11/07/2018.

TJDF. Autos nº 0006926-72.2017.8.07.0020. Relator George Lopes. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaold=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcorda>

o&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&comando=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&quantidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASE_ACORDAOS&numeroDaUltimaPagina=1&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&numeroDoDocumento=1089057>. Acesso em 14/09/2018.

Violência doméstica contra a mulher: O silêncio que mata. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/08/07/violencia-domestica-contra-a-mulher-o-silencio-que-mata/>>. Acesso em 31/08/2018;

Violência e discriminação roubam de transexuais o direito ao estudo. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>>. Acesso em 11/07/2018.

Voto de Celso de Mello. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4.275DFVotodoMin.CelsodeMello.pdf>>. Acesso em 24/05/2018

WEEKS, Jeffrey. **O Corpo e a Sexualidade.** In LOURO, Guacira Lopes (Org). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 2 ed. - Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. P. 35 – 82